



Instituto**Pólis**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013



InstitutoPólis

Relatório de Monitoramento – Instituto Pólis

1º semestre de 2013

Este relatório semestral apresenta o andamento das principais atividades que estão em desenvolvimento neste primeiro ano do Plano Trienal (2013-2015). Este documento deve ser lido como um relatório de monitoramento de tais atividades, pois este não oferece uma avaliação ou análise conjunta dos resultados e do cumprimento dos objetivos definidos. O esforço de levantamento de informações realizado para elaborar este documento nos permitiu avaliar o andamento de nossas ações e corrigir caminhos. No entanto, também foi uma forma de colocarmos em prática e aprimorarmos a metodologia desenvolvida pelo Instituto Pólis para mensurar nossos resultados e avançar no desafio de construir indicadores de resultado e de processo, o que se faz particularmente complexo pela natureza do trabalho de *advocacy*, produção de conhecimento e assessoria que o Pólis desenvolve.

O documento está estruturado a partir dos dois amplos objetivos definidos no Plano Trienal. Em cada um deles primeiramente apresentamos os indicadores e uma avaliação do cumprimento das metas acordadas. Em seguida, é feita uma descrição narrativa das atividades realizadas em cada projeto ou grupo de atividades que contribuem para a cumprimento do objetivo.

É importante ressaltar que no início de 2014 apresentaremos um relatório anual com uma avaliação geral deste primeiro ano de atividade do Plano Trienal. Mas desde já apontamos para alguns desafios que se colocam para o cumprimento dos objetivos acordados, incluindo a revisão de algumas metas que foram super ou subestimada.

OBJETIVO 1

A incidência política e o controle social sobre as políticas públicas para a cidade são fortalecidas a partir da elaboração de conhecimentos e propostas assim como da sensibilização e mobilização de redes e atores, contribuindo para uma maior transparência, inclusão social e garantia de direitos.

INDICADORES E METAS

- Meta 1 - *13 propostas são incorporadas nas pautas dos fóruns, redes e conselhos.*

Ao longo deste semestre demos continuidade a nossa atuação em diversos espaços de articulação e *advocacy*. Atualmente o Pólis está envolvido nos seguintes fóruns, redes e conselhos:

Rede Logolink (Internacional), Rede Gaia (Internacional), Assembleia Mundial dos Habitantes (Internacional), Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE (Nacional), Conselho das Cidades (Nacional), Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA (Nacional), Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - FBSSAN (Nacional), Conselho de Defesa do Direito da Pessoa Humana (Nacional), Fórum Nacional de Reforma Urbana – FNRU (Nacional), Comitê Popular da Copa do Mundo (Nacional), Rede do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (Nacional), Rede de Pontos de Cultura (Nacional), Rede Cultura Viva Comunitária (Nacional), Redes de Cultura de Paz (Nacional), Articulação Paulista de SAN (Estadual), Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMUSAN-SP (Municipal), Rede Nossa São Paulo (Municipal) e Rede de Artistas da Cidade Tiradentes (Local)

No âmbito destes espaços de articulação e *advocacy*, pautamos nossa agenda política de defesa da cidadania e do direito à cidade. Neste primeiro semestre destacamos quatro propostas defendidas pelo Pólis que foram aprovadas em espaços institucionais de participação e que foram efetivamente incorporadas, ou seja, estão sendo implantadas. Elas são:

- Proposta de garantia da participação da sociedade civil nos processos de implantação de projetos de grande impacto urbano e ambiental – aprovada e incorporada pelo Conselho Nacional das Cidades.
- Proposta de exigência do estudo de impacto social e da licença social para aprovação de projetos de grande impacto urbano e social – aprovada e incorporada pelo Conselho Nacional das Cidades.
- Proposta de retomada, pelo novo governo municipal de São Paulo, de iniciativas voltadas à efetivação dos Conselhos de Representantes nas Subprefeituras, uma das “bandeiras históricas” do Pólis para a cidade de São Paulo – proposta articulada no âmbito do Grupo de Trabalho Democracia Participativa da Rede Nossa São Paulo e aprovada pelo poder legislativo municipal com o apoio do poder executivo.
- Proposta de constituição de grupos de trabalho sobre Desenvolvimento Urbano no âmbito do CONSEA e do FBSSAN com o objetivo de debater as políticas urbanas a partir do enfoque da Segurança Alimentar e da agricultura urbana

Assim, podemos desde já indicar que essas quatro propostas, em que o Pólis esteve diretamente envolvido, foram efetivamente incorporadas nas pautas dos fóruns, redes e conselhos e estão sendo implementadas. Mas cabe também destacar algumas outras propostas e agenda em que estamos diretamente envolvidos:

- Proposta de elaboração de uma portaria, pelo Ministério das Cidades, com procedimentos de respeito aos direitos humanos em casos de conflitos fundiários, com remoções forçadas em projetos financiados pelo Governo Federal

- Proposta feita junto à Assembléia Mundial dos Habitantes para a realização de uma campanha mundial pela função social da terra e da cidade

- Proposta para implementação de sistema de biodigestão de resíduos orgânicos pela Prefeitura Municipal de Itanhaém

- Proposta feita ao Ministério da Saúde, via CONSEA, de participação de um membro da Sociedade Vegetariana Brasileira no processo de revisão do Guia Alimentar da População Brasileira

- Proposta feita ao CONJUVE de realização de um Seminário com o tema “Encarceramento da Juventude Negra”

- Proposta feita ao CONJUVE de incorporar um olhar específico para a diversidade da juventude nos debates sobre reformulação do ensino médio

- Proposta de realização de uma pesquisa sobre a causa mortis da juventude negra, a ser realizada no âmbito do convênio do CONJUVE com a Universidade Federal do Ceará (UFCE), responsável pela elaboração de proposta de matriz de monitoramento de políticas públicas de juventude

- *Meta 2 - O subsídio à formulação de políticas públicas de desenvolvimento urbano ao nível local, regional ou nacional promove o empoderamento e a capacidade de mobilização e de advocacy de 75.000 pessoas com vistas à garantia de direitos.*

Para responder a esta meta, estimamos o número de beneficiários das atividades desenvolvidas no âmbito do Plano Trienal ao longo do primeiro semestre de 2013. No entanto, avaliamos a pertinência de definirmos diferentes categorias de beneficiários, afinal, a diversidade de formas de atuação do Pólis gera formas muito diferentes de impacto direto sobre as pessoas e comunidades. Assim, criamos cinco diferentes categorias de modo a medir

separadamente a forma como o Pólis beneficia seus públicos. A lista abaixo apresenta essas categorias, seu conceito e a estimativa de beneficiários neste primeiro semestre.

| Categoria | Beneficiários |
|--|----------------------|
| 1 - Número de pessoas que participaram de atividades organizadas pelo Pólis. | 2.710 |
| 2 - Número de pessoas que participaram de eventos em que o Pólis esteve diretamente envolvido – co-organizados ou em que o Pólis contribuiu diretamente, mas que não foram iniciativas do Pólis. | 7.885 |
| 3 - Número de representantes em espaços de articulação em que o Pólis está envolvido – participantes dos conselhos e fóruns em que o Pólis atua.. | 452 |
| 4 - Residentes em áreas com uma atuação direta do Pólis com movimentos sociais e redes locais. | 30.221 |
| 5 - Pessoas que tiveram acesso aos materiais produzidos pelo Pólis por meio da distribuição de publicações, materiais impressos, downloads no site e boletins eletrônicos. | 65.430 |
| Total | 106.698 |

Por meio da separação de beneficiários em categorias, é possível avaliarmos de forma heterogênea os impactos gerados pelas ações do Pólis. Avaliamos que o download de um estudo no site do Pólis é relevante, mas é muito diferente de uma capacitação oferecida para elaboração de planos diretores ou de uma assessoria técnica prestada para gestores públicos na implantação de um biodigestor.

Para a finalidade de cumprimento desta Meta 2 consideraremos apenas as categorias 1 a 3, sendo que a categoria 5 será utilizada para mensurar o cumprimento da Meta 6, referente às atividades de comunicação.

- *Meta 3 - 1.550 pessoas, participantes das atividades e eventos de articulação e formação, coordenados ou co-promovidos pelo Pólis, são qualificadas para atuar em processos de incidência e controle social das políticas públicas em nível local.*

Conforme metodologia de monitoramento desenvolvida pelo Instituto Pólis, a partir do levantamento de todas as atividades fim promovidas pela instituição e desenvolvidas ao longo

deste semestre, foram beneficiadas diretamente 2.710 pessoas. Fica evidente que a meta estabelecida com no âmbito do Plano Trienal foi, desde já, cumprida e apontamos para a necessidade de definirmos uma nova meta de participantes das atividades e eventos de articulação e formação, coordenados ou co-promovidos pelo Pólis. No entanto, o momento mais adequado para a redefinição desta métrica é no âmbito do Relatório Final de 2013, quando poderemos fazer um balanço analítico geral com maior maturidade e segurança.

- Meta 4 - *Subsídios à formulação de políticas de desenvolvimento urbano sustentável integraram as plataformas propositivas de redes, fóruns e instituições, qualificando-as em 20 municípios.*

Para atingir essa meta, é necessário um trabalho de médio prazo. Desde o segundo semestre de 2012 iniciamos atividades territorializadas de forma a cumprir esse objetivo. A formulação do Projeto Litoral Sustentável com uma atuação direta nos 13 municípios do litoral paulista é uma atividade de extrema relevância hoje no Pólis e responde diretamente a esta meta. Além disso, nossa constante atuação na cidade de São Paulo na formulação de políticas de desenvolvimento urbano em diálogo com os movimentos sociais também responde a este objetivo. Por fim, estamos hoje também atuando diretamente em três municípios da Bacia do Jari, localizada na Região Norte brasileira. Os municípios de Laranjal do Jari (AP), Vitória do Jari (AP) e Almeirim (PA) estão sendo assessorados pelo Pólis para a construção de instrumentos adequados de regulação urbana, a partir dos princípios desenhados pelo Estatuto da Cidade.

ATIVIDADES REALIZADAS

Neste tópico encontra-se uma descrição narrativa dos projetos e grupos de atividades desenvolvidos neste semestre. A tabela abaixo sintetiza o total de atividades desenvolvidas neste semestre, separando-as em categorias de acordo com sua natureza.

| Tipo de Atividade | Nº de Atividades |
|---|-------------------------|
| Entrevista ou opinião fornecida para meios de comunicação | 113 |
| Seminário ou oficina | 46 |
| Sistematização de experiência, estudo de caso ou levantamento técnico | 46 |
| Reunião de articulação | 33 |

| | |
|---|------------|
| Artigo, relatório, manifesto ou documento público | 29 |
| Cartilha, folder, folheto, panfleto ou boletim impresso | 15 |
| Edição de boletim virtual | 12 |
| Encontro anual e evento de grande importância | 9 |
| Página na Internet | 5 |
| Ato Público | 5 |
| Atividade Cultural | 3 |
| Publicação ou livro | 2 |
| Visita ou missão para fim específico | 2 |
| Material Multimídia | 1 |
| Total | 315 |

- **Participação no Conselho Nacional de Juventude**

O Pólís, agora na condição de conselheiro suplente do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), segue participando da Comissão de Acompanhamento de Políticas e Programas (CAPP) do Conselho, contribuindo ativamente nas discussões que envolvem a construção de uma matriz de monitoramento das políticas públicas de juventude, principal foco de atenção dessa comissão. Para além da participação nessa instância, o Pólís permanece na coordenação do GT Juventude Negra do CONJUVE, atuando firmemente para o avanço da publicização e o adensamento do debate em torno do genocídio da juventude negra no país.

Destacamos também a nossa participação na oficina sobre Reforma do Ensino Médio, uma iniciativa do Conselho/CAPP voltada a aprofundar as reflexões em torno dos desafios que se colocam para a melhoria desse segmento da educação pública no país. Essa oficina contou com a presença de especialistas e foi transmitida online para todo o Brasil, no âmbito do Participatório - Observatório Participativo da Juventude - ambiente virtual interativo, criado por iniciativa da Secretaria Nacional de Juventude, voltado, entre outros, a promover espaços e discussões com foco nos temas ligados às políticas de juventude.

A participação do Pólis no CONJUVE amplia o horizonte da nossa atuação no campo das políticas públicas de juventude, ao mesmo tempo em que aporta um rico aprendizado dada a diversidade dos atores que interagem nesse processo, conforme apontado em item abaixo.

- **Intervenção no debate público sobre a temática da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional em espaços de participação**

Por meio da participação ativa em espaços de articulação e participação relacionadas ao tema de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), o Pólis contribuiu para o fortalecimento da participação da sociedade civil no controle, monitoramento e na elaboração de demandas e propostas para o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Atualmente o Pólis é conselheiro no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da Cidade de São Paulo (COMUSAN-SP). Além disso, somos membros da coordenação executiva do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) e participamos da Articulação Paulista de Segurança Alimentar.

No âmbito do CONSEA, foram realizadas três plenárias ao longo do primeiro semestre de 2013 (26 e 27 de fevereiro, 23 e 24 de abril e 18 e 19 de junho). Nessas duas plenárias foram tratados os seguintes temas: avaliação da gestão 2012; discussão do regimento do conselho; debate com a Secretaria Geral da presidência da República sobre o Sistema Nacional de Participação Social; discussão sobre os dados de execução do orçamento de SAN em 2012/2013; considerações e elaboração de propostas sobre o tema dos Mercados Institucionais e o abastecimento e a situação do preço dos alimentos; o Processo de Construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN); o Papel da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional no processo de Construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a efetivação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Para além da maior apropriação de informações, debate e elaboração de propostas sobre esses temas, o CONSEA encaminhou três Exposições de Motivos com o objetivo de comunicar à presidência posicionamentos deste órgão de participação sobre temas relacionados à efetivação do Direito Humano à Alimentação. As três exposições de Motivos foram sobre: (a) o preço dos alimentos, (b) os mercados institucionais e (c) a utilização de agrotóxicos no Brasil.

Destaque-se que o Pólis propôs, em conjunto com outras entidades e fóruns, a criação de um Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Urbano no âmbito do CONSEA, proposta que foi aprovada e implantada ao longo deste primeiro semestre. Em função do protagonismo do

Pólis neste processo, assumimos a coordenação deste Grupo de Trabalho, procurando inserir temas urbanos na discussão da SAN, com prioridade para a temática da agricultura urbana. Neste âmbito, foi aprovada a proposta de solicitação de informações a todos os Ministérios sobre o tema da Agricultura Urbana e Periurbana, com o objetivo de mapearmos as ações relacionadas ao tema que hoje são executadas, de forma não integrada e intersetorial, pelo poder público.

No nível municipal, a nova gestão da Prefeitura de São Paulo marca uma nova fase nos trabalhos e ações no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN-SP), cuja legitimidade e resultados estavam muito prejudicados pelo perfil da gestão anterior, pouco aberta à participação popular. O objetivo agora é alinhar os trabalhos do COMUSAN-SP às diretrizes nacionais e buscar a efetivação de políticas que foram aprovadas no âmbito federal e que devem ser implementadas localmente. Para tanto, a Secretaria Executiva deste Conselho convocou as organizações que já haviam deixado de participar desse espaço – como o caso do Pólis – para retomar as atividades. Já na primeira plenária de 2013 o Pólis integrou o Grupo de Trabalho de Políticas Públicas, cujo objetivo é elaborar a minuta da lei orgânica de SAN a ser proposta para a Câmara Municipal de Vereadores e uma agenda de trabalho para o próximo período.

Paralelamente, ao longo do primeiro semestre de 2013, demos sequência em nossa atuação na Coordenação Executiva do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), cujos trabalhos estiveram voltados para a organização do VII Encontro Nacional deste Fórum, em Porto Alegre, com o tema “Que alimentos (não) estamos comendo?”. O objetivo foi debater diferentes aspectos do atual sistema alimentar, cada vez mais concentrado nas mãos do agronegócio, da indústria de alimentos e na cadeia de supermercados, resultando em um acelerado processo de commoditização e artificialização dos alimentos, empobrecimento da base alimentar e aumento dos preços. A reflexão procurou orientar-se por uma leitura crítica do sistema alimentar no que concerne à produção, processamento, abastecimento e consumo, apontando para alternativas que vêm sendo construídas para contrapor esse sistema e assegurar a soberania alimentar e o direito humano à alimentação adequada e saudável. Por fim, o encontro voltou-se à análise do papel do Estado frente a esse contexto.

Cabe ainda acrescentar que nesta ocasião houve eleição para metade dos membros da Coordenação Executiva do FBSSAN e o Pólis foi uma das entidades reconduzidas à coordenação, para um mandato de mais dois anos. Por fim, no nível estadual, demos

continuidade às reuniões da Articulação Paulista de SAN, cuja principal pauta é a reativação do Conselho Estadual de SAN.

- **Atuação junto à Rede Gaia**

Durante este primeiro semestre de 2013 o Pólis participou de um evento promovido pela Rede GAIA, em *Bellagio*, Itália, em que foram convidados 20 especialistas de todo o mundo (apenas 2 da América Latina, sendo que o Pólis foi um deles) para debater alternativas ao uso de incineradores.

O objetivo do encontro foi construir uma agenda de ações internacionais para fortalecer alternativas à incineração de resíduos. Neste evento, tivemos a oportunidade de tomar contato com diversas experiências em todo o mundo, inclusive a que é desenvolvida em São Francisco, Califórnia, que foi posteriormente apresentada para gestores públicos brasileiros e para a sociedade civil a partir de um intercâmbio organizado pelo Pólis. Outras colaborações foram feitas junto à Rede, tais como informar o papel que joga o Ministério Público no Brasil de forma a subsidiar a Rede GAIA na divulgação das ações desenvolvidas no Brasil com a participação do MP. O encontro aportou novos conhecimentos sobre experiências em andamento na perspectiva do tratamento alternativo de resíduos e também em termos de estratégias e pesquisas para mudança no padrão de produção vigente.

- **Organização e participação em eventos e espaços de debate para defesa da adoção de sistemas de compostagem e biodigestão.**

Merece destaque a iniciativa do Pólis de realizar Oficinas Temáticas em São Paulo e em três cidades do litoral paulista tendo por objetivo trazer para o conhecimento do público os resultados e estratégias do Programa Resíduo Zero em São Francisco, Califórnia, dado que esta cidade recupera 80% dos resíduos urbanos em sistemas de compostagem e biodigestão, assim como em sistemas de reciclagem dos resíduos secos. Os debates foram estruturados de forma a que os secretários municipais responsáveis pela gestão de resíduos urbanos estivessem nas mesas e apresentassem sua visão, planos e metas para os próximos quatro anos, além de dialogarem com as alternativas apresentadas pelo expositor norte americano. No total participaram cerca de 200 pessoas entre gestores, parlamentares e representantes da sociedade civil. Além disso, em São Paulo, foi organizada uma Oficina específica para 20 gestores integrantes dos órgãos responsáveis pela gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) do município, que contou com a presença do Secretário de Serviços da cidade, o que é de extrema relevância pela repercussão que ações desenvolvidas em São Paulo têm no país.

A equipe da área de Resíduos Sólidos Urbanos do Instituto participou ativamente das Conferências Regionais da Baixada Santista (região com 1 milhão e 600 mil habitantes), tendo participado de mesas de debate, levado posicionamentos quanto à oportunidade e necessidade da região avançar na implementação da Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Também levou seus posicionamentos e propostas de como viabilizar um novo padrão de gestão de RSU, durante suas intervenções na Conferência Regional do Litoral Norte de São Paulo (região com 400 mil habitantes). Participou da Conferência de RSU do Município de Ubatuba e da Pré-Conferência de São Paulo (tendo sua coordenadora sido eleita delegada para a Conferência de São Paulo).

- **Pesquisa Tecnologia Social e Políticas Públicas**

De janeiro a junho de 2013 o Instituto Pólis deu continuidade a sua ação na temática do desenvolvimento local a partir das práticas de tecnologia social. Desde 2010 temos trabalhado, em parceria com a Fundação Banco do Brasil, com o Banco de Tecnologias Sociais (BTS)¹. Trata-se de um banco de informações sistematizadas sobre iniciativas de tecnologias para inclusão social, com informações de mais de 560 experiências disponíveis para consulta. Entre 2010 e 2012 desenvolvemos um amplo esforço de atualização e aprimoramento das informações qualitativas presentes neste banco de dados.

O trabalho com as experiências que compõem o BTS foi um processo de aprendizado e inserção do Pólis na temática de tecnologia social. A partir deste grande e diverso repertório de práticas e iniciativas surgidas na sociedade civil, o Pólis se propôs a realizar uma pesquisa sobre as políticas públicas hoje existentes que fomentam o desenvolvimento e a reatuação de Tecnologias Sociais. Essa pesquisa foi desenvolvida ao longo do ano de 2012 e finalizada no primeiro semestre de 2013.

O fruto deste trabalho é uma coletânea de textos sobre experiências baseadas em tecnologias para a inclusão social e sua relação com políticas públicas. A proposta e as práticas de tecnologia social ganharam destaque recentemente e esta publicação sistematiza algumas dessas experiências, como cisternas e dessalinizadores voltados para promover a convivência com a seca, passando por soluções econômicas de saneamento rural, hortas urbanas, poupança comunitária, até a reciclagem de resíduos eletroeletrônicos com a participação de catadores, entre outras.

A proposta da tecnologia social prevê empoderamento dos usuários na concepção e gestão de instrumentos e metodologias capazes de melhorar suas condições de vida. Esta publicação,

¹ O Banco de Tecnologias Sociais pode ser acessado por meio do endereço www.tecnologiasocial.org.br.

que será lançada no segundo semestre de 2013, se propõe a debater a importância da participação, da gestão local e das organizações da sociedade civil na construção de políticas públicas voltadas para a reaplicação de tecnologia social.

O quadro abaixo apresenta brevemente as experiências estudadas no âmbito da Pesquisa Tecnologia Social e Políticas Públicas.

| Experiência | Temas | Estado/ Região | Descrição |
|--|---|---------------------------|--|
| Calha alternativa | Habitação e Meio ambiente | PE, NE | Microexperiência na Região Metropolitana de Recife (PE) em que um garoto desenvolveu uma tecnologia baseada em calhas feitas de garrafa pet cujo objetivo é reduzir o assoreamento do solo em regiões com risco de desabamento. |
| Cisternas nas escolas | Educação e Recursos hídricos | BA, NE | Ação de uma organização da sociedade civil, com financiamento do Governo do Estado da Bahia, que implanta cisternas para consumo de água e produção de hortas em escolas públicas sem acesso à rede de abastecimento de água. As cisternas também são usadas como instrumento pedagógico para crianças e seus familiares sobre aspectos da convivência com o Semiárido. |
| Programa Um Milhão de Cisternas | Recursos hídricos e Segurança alimentar | BA e PE, NE | O Programa 1 Milhão de Cisternas é uma política federal executada por uma ampla rede de organizações da sociedade civil nordestinas que constrói cisternas, numa visão voltada para a convivência com o Semiárido. Trata-se da mais relevante política pública baseada em tecnologia social hoje em execução, tanto por sua visibilidade como pelo volume de recursos destinado para sua execução. |
| Fundos rotativos solidários | Renda | PB, NE | Os fundos rotativos solidários são instâncias autogestionárias de poupança comunitária e articulação social, muitas vezes utilizados para a construção de cisternas, bancos de sementes e outras tecnologias sociais. |
| Reciclagem de resíduos eletroeletrônicos | Meio ambiente e Renda | SC, S | Experiência que desenvolveu uma máquina para que catadores de materiais recicláveis reciclem monitores de computador, contribuindo para reduzir o lixo eletrônico jogado em aterros e lixões. A aplicação da tecnologia social visa integrar os catadores no ciclo de gestão dos resíduos eletroeletrônicos. |
| Escola de formação de empreendedores rurais | Educação | BA, NE | Uma escola que alterna períodos letivos de frequência presencial e períodos em casa, oferecendo educação contextualizada para jovens de áreas rurais. O estudo sugere a possibilidade de se utilizar tecnologia social |

| | | | |
|--|--|-------------|--|
| | | | como instrumento pedagógico. |
| Horta urbana comunitária | Saúde, Segurança Alimentar e Renda | PR, S | Política pública municipal de Maringá (PR) de implantação de hortas comunitárias urbanas, que foi a experiência vencedora do Prêmio FBB de Tecnologias Sociais em 2011. |
| Programa Água Doce | Recursos Hídricos | PB e RN, NE | O programa implanta dessalinizadores em regiões onde há água subterrânea salobra. O diferencial é o trabalho realizado para que as comunidades beneficiadas assumam a gestão autônoma dos sistemas e se apropriem de seu funcionamento, reduzindo assim sua dependência no abastecimento de água, fator que dá origem a formas tradicionais de coronelismo e ao mercado da seca. |
| Fossas sépticas econômicas | Saneamento | MG, SE | Sistema de saneamento básico alternativo para áreas rurais, cujo objetivo é evitar a contaminação do solo em propriedades familiares. O sistema é simples e barato, sendo sua manutenção realizada pela própria família beneficiária. O estudo analisou a política da Prefeitura Municipal de Caratinga e os recentes investimentos da FBB na reaplicação da tecnologia. |
| Integração de tecnologias sociais | Saneamento, Segurança Alimentar e Produção Agroecológica | MG, SE | Ainda são poucas as experiências que buscam integrar mais de um tipo de tecnologia social em uma mesma localidade. Foram analisadas duas, que integram fossas sépticas biodigestoras e produção agroecológica sustentável. |

- **Pontão de Convivência e Cultura de Paz**

Durante o primeiro semestre de 2013 nossa principal ação no âmbito do Pontão de Convivência e Cultura de Paz foi a articulação política e cultural e construção metodológica para o Encontro Nacional de Cultura de Paz, Políticas Públicas e Direito à Cidade. Nesse sentido organizamos diversas ações preparatórias do Encontro, além de mantermos nossa escuta em alguns territórios e nos dedicarmos à elaboração de duas publicações, - uma de Pontos de Cultura de Paz e Políticas Públicas, outra com temas da área de desenvolvimento cultural do Instituto Pólis. Articulamos Pontos de Cultura visando o fortalecimento da diversidade cultural brasileira e desenvolvemos ações culturais em parceria com instituições e redes. Neste 1º semestre de 2013 participamos e/ou apoiamos as seguintes ações:

- Dia Internacional de Combate à Intolerância Religiosa. No dia 21 de janeiro de 2013 foi celebrado o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, por meio de um ato interreligioso. O evento também marcou o lançamento da

Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial do município. O diálogo inter-religioso é hoje um cenário propício para a comunicação não violenta e mediação de conflitos.

- Cerimônia de transmissão de cargo da Presidência da Comissão Municipal de Direitos Humanos à Rogério Sottili em 11/01/2013. A abertura do evento teve como tema “Um Novo Tempo para São Paulo – prefeitura de São Paulo – Direitos Humanos e Cidadania” e contou com a presença do prefeito Fernando Haddad, da ministra Eleonora Menicucci da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), da Secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania, Eloisa Arruda e outros.

- Encontros com a Rede de pesquisadores de Cultura - 10 a 16 de janeiro de 2013. Os encontros foram preparatórios para o I Encontro Brasileiro de Pesquisa em Cultura, evento que busca reunir pesquisadores de todo país (dentro e fora da universidade e que estão dispersos no território nacional) para debater e organizar o campo da pesquisa em cultura no Brasil. O Pontão esteve presente nessa ação, contribuindo para a organização e mobilização de Pontos de Cultura e narrando suas próprias experiências.

Para a preparação do Encontro Nacional Convivência e Cultura de Paz nas Cidades mantivemos escutas em alguns Pontos de Cultura, visitamos o Ponto de Cultura Ilú Ona – Caminhos do Tambor e realizamos um conjunto de ações no território e debates sobre vários temas que envolvem a convivência e a cultura de paz no espaço urbano, conectando sempre com a proposta de Direito à Cidade.

Com o objetivo de estimular a apropriação criativa dos espaços públicos a partir de ações que promovam a convivência e Cultura de Paz, o Pontão de Convivência e Cultura de Paz do Instituto Pólis realizou o primeiro ciclo de Caminhadas Pela Paz 2013 – Conviver em Paz nas cidades: Caminhadas Culturais.

A primeira caminhada aconteceu em Cidade Tiradentes (bairro situado no extremo leste de São Paulo), sob o mote da Poética da Paz. Posteriormente, a caminhada percorreu as ruas do Centro em parceria com a Caminhada Noturna e promoveu a busca pelos Gestos da Paz. Encerrando este primeiro ciclo, a caminhada percorreu as ruas do município de Diadema com o tema Símbolos da Paz.

Esses encontros fomentaram o desenvolvimento criativo de métodos e técnicas em cultura de paz e suas relações no território – expressão artístico-cultural, interculturalidade e construção da cultura da não violência, com processo de caráter formativo e produção de material

didático. Para ampliar o diálogo com a população local em São Paulo e região metropolitana, os territórios acima escolhidos receberam a ação cultural pautada no direito à cidade.

A equipe do Pontão de Convivência e Cultura de Paz participou do 1º Congresso Latinoamericano Cultura Viva Comunitária em La Paz , Bolívia, continuidade de um processo de articulação continental desenvolvido nos últimos 10 anos, com o objetivo de fortalecer e dar visibilidade às milhares experiências populares, de atividades culturais e comunitárias existentes no continente. O encontro foi articulado com redes da América Latina que trabalham nas comunidades e territórios, ainda sem o reconhecimento adequado por parte das políticas públicas e legislações culturais vigentes. Este processo teve sua origem no Coletivo Latinoamericano Plataforma Puente Cultura Viva Comunitária, que se articulou a partir da iniciativa de centenas de organizações e redes, nos Fóruns Sociais Mundiais de Belém (2009) e Rio + 20 (2012). A equipe do Pontão participou desde o início na construção do congresso no Brasil, contribuindo nos conteúdos temáticos, no apoio logístico e estrutural, bem como nas negociações com Secretaria Municipal de Cultura (SMC) e Secretaria Estadual de Cultura (SEC).

Realizamos duas Sessões de Diálogo para preparação das caravanas latino-americanas a Bolívia e no evento organizamos uma oficina sobre Convivência e Cultura de Paz, Circulo de Visión Cultura de Paz. Representantes do Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Peru e Paraguai contaram suas histórias e impressões sobre a cultura de paz e desenvolveram propostas para inserção da cultura de paz na dinâmica das redes latino-americanas, especialmente na Rede Cultura Viva Comunitária.

Os Diálogos Interculturais promovidos pelo Pontão proporcionaram espaços de troca de ações e reflexões para a convivência entre pontos de cultura e a construção de um campo de debate sobre a convivência intercultural na América Latina. O primeiro encontro de mobilização dos pontos de cultura de São Paulo para a participação no I Congresso Latinoamericano Cultura Viva Comunitária ocorreu na sede do Instituto Pólis e contou com a participação do historiador e escritor, Célio Turino e outros convidados.

Organizamos sessões de diálogo voltadas para a construção da agenda da cidade de São Paulo e do país, enfocando os desafios das políticas culturais para a implementação de políticas públicas. Dentre estas, destacamos a sessão “Políticas Públicas de Juventude: violência e cultura de paz”, que contou com a presença de Gabriel Medina (coordenador de juventude da secretaria municipal dos Direitos Humanos e Participação Social) e Martha Lemos (psicóloga e educadora cultural do Pontão de Convivência e Cultura de Paz). Finalizamos o ciclo de debates

desse semestre com a sexta sessão de diálogo Direitos Humanos, Gênero e Cultura de Paz, com a participação da socióloga, educadora feminista Taciana Gouveia.

Podemos dizer que esse semestre foi particularmente rico para a ampliação do trabalho do Pontão no território, nos debates públicos através de diálogos com centenas de participantes, e na divulgação das suas ações e reflexões através da grande mídia e também de seus próprios instrumentos de comunicação. Construímos uma aproximação entre as redes de cultura do país e as redes de cultura de paz, envolvendo governos locais e sociedade civil; construímos uma agenda de Convivência e Cultura de Paz nas cidades, inserindo-a no debate público da cidade de São Paulo, do país e da América Latina.

- **Coordenação da Rede LogoLink**

Pólis é o coordenador da Rede *Learning Initiative on Citizen Participation and Local Governance* (Rede Logolink), que é uma rede global para debater a descentralização democrática e governança local em países do Sul Global. Neste semestre, suas atividades voltaram-se em conjunto para a discussão sobre participação cidadã no âmbito local. Muitas dessas atividades serviram para colher insumos para a construção coletiva da carta mundial pela direito à participação cidadã na governança local. Depois da elaboração da 1ª versão da carta, LogoLink organizou consultas a este primeiro texto.

Os parceiros do LogoLink promoveram encontros nacionais e regionais na África do Sul, Brasil, China, Índia, México, Uganda sobre direito à participação. As discussões foram sistematizadas e apresentadas durante o Encontro dos Parceiros do LogoLink, realizado na Cidade do Cabo na África do Sul no mês de março. Os parceiros produziram sistematizações detalhadas que posteriormente contribuíram para criar artigos sucintos e críticos sobre o estado da arte da participação cidadã em suas regiões. Esses artigos estão sendo publicados nas newsletters da rede. A rede participou do evento da *Good Governance Learning Network* (na Cidade do Cabo) e da reunião sobre a Sociedade civil e os BRICS coordenada pelo *Institute of Development Studies* (IDS) e pelo *Forum for Democratic Global Governance* (FIM) - realizada em Johannesburgo.,

Entre as atividades da Rede, destacamos o mapeamentos de campanhas da sociedade civil sobre temas relacionados à transparência, democratização, participação, controle social, justiça social, com foco nas regiões onde o LogoLink atua. O mapeamento em questão forneceu insumos à organização da “Campanha Internacional pelo Direito à Participação Cidadã no Governo Local” a ser lançada em breve.

Durante o período em questão também foram realizadas palestras e treinamentos sobre democracia e participação para organizações de base no Egito, fruto de uma parceria entre o LogoLink, Instituto Pólis, *COADY Institute* e *Society for Participatory Research in Asia (PRIA)*; além de debates online sobre direito à participação utilizando a plataforma online do PRIA.

Além dessas atividades, foi realizado o Seminário Internacional sobre o papel da sociedade civil no âmbito da ONU, coordenado pelo FIM, em uma parceria entre o Instituto Pólis e LogoLink.

- **Discussão sobre a proposta de Parceria Pública Privada da Casa Paulista**

As quase 20 entidades que atuam na área central de São Paulo se reuniram durante o primeiro semestre para discutir a proposta de Parceria Público Privada (PPP) formulada por empresas privadas para a Agência “Casa Paulista” do governo do Estado para a produção de 20.000 unidades habitacionais na área central do Município de São Paulo. Recentemente a proposta contou com a adesão da Prefeitura.

Este grupo se reuniu com a finalidade de garantir reivindicações históricas dos setores que atuam em defesa do direito à moradia no país: provisão de habitação popular no centro, o estímulo a uma ocupação com mistura social e a combinação de subsídios e cooperação entre União, estados e municípios.

Estas propostas só se tornarão realidade caso sejam equacionadas algumas questões essenciais tais como: (a) a proposta não foi formulada no âmbito de um plano habitacional abrangente para a cidade, (b) não contou com a participação de diversos segmentos da sociedade civil interessados no tema e (c) existe um descolamento em relação à situação de moradia na região, marcada por cortiços e ocupações, alto índice de idosos, moradores em situação de rua e trabalhadores informais, além da existência de um parque edificado ocioso que não cumpre sua função social.

Além disso, o modelo adotado reduz a intervenção habitacional à construção e oferta de novas unidades e subsídio à aquisição, negligenciando questões centrais como a política fundiária e outras formas de promoção do direito à moradia, como a locação social e a reabilitação de prédios subutilizados.

Considerando tratar-se de um projeto de intervenção urbana e não de uma política habitacional abrangente – que deve ainda ser formulada e debatida com a sociedade – ainda assim são nossos principais objetos de preocupação os seguintes pontos:

- Ação habitacional sem política habitacional: entendemos que embasar a *política* habitacional para a área central em uma *ação*, modelada ou não como uma PPP, é uma maneira equivocada de tratar um tema tão complexo, podendo acirrar os conflitos pela disputa fundiária diante do cenário de especulação imobiliária que testemunhamos em São Paulo. Uma política efetiva deve vir precedida de um diagnóstico mais preciso do déficit e da inadequação habitacional, da cidade e dos seus diferentes territórios, e da especificidade da área central. Deve ainda vir acompanhada de uma política fundiária que lhe dê suporte.

- Indefinição das áreas de intervenção e fragmentação das ZEIS 3: a proposta delimita seis perímetros, mas não especifica quais os limites de um eventual decreto que os torne sujeitos à desapropriação nem se eles serão integralmente submetidos aos planos de urbanização das ZEIS. Por outro lado, ignora a delimitação das ZEIS 3 ao não abordá-las de forma integrada, valendo-se, entretanto, de alguns de seus lotes.

- A PPP ignora os Conselhos Gestores das ZEIS 3: conforme exigência estabelecida no capítulo da Gestão Democrática e Controle Social constante do PDE de 2002, em cada perímetro de ZEIS deve ser formado um Conselho Gestor, eleito por representantes da sociedade, que acompanha e elabora um plano de urbanização do local. O prazo apresentado para a implantação da PPP claramente ignora o tempo necessário à eleição e atuação dos Conselhos.

- Indefinição sobre a execução da desapropriação: não está clara a extensão das atribuições do parceiro privado, no tocante à desapropriação dos imóveis afetados. É preciso esclarecer a quem cabe conduzir as negociações: se ao agente privado caberá solicitar ao Poder Público as desapropriações, ou se contará com a prerrogativa de promovê-las diretamente (tal como na lei da Concessão Urbanística aplicada ao projeto Nova Luz, cuja legalidade foi amplamente questionada). Neste segundo caso, cabe esclarecer se o agente privado poderá fazer desapropriações para implantar outros usos, que não o habitacional.

- Ausência de definição do perfil dos beneficiados: a proposta, veiculada como alternativa para quem mora na periferia e trabalha no centro, está descolada das características dos atuais moradores do território em condições de inadequação habitacional: em grande medida, locatários de baixíssima renda que não se enquadram no perfil socioeconômico exigido pelas linhas de financiamento existentes, mesmo contando com amplo subsídio. A prioridade dada a trabalhadores do centro, sem detalhar tal categoria e definir critérios de verificação, mostra-se temerosa, uma vez que a maioria dos trabalhadores do centro é informal. No caso da ZEIS 3 C 016 - Sé (inserida no perímetro do Projeto Nova Luz), 85% da população possui renda inferior a

3 salários mínimos, 72% habitam imóveis alugados e cerca de 85% são trabalhadores informais.

- Risco de gentrificação: a PPP está formulada a partir da *oferta* de moradia e não da *demanda* real por habitação existente no território. Portanto, ameaça a permanência da atual população residente, que pode ser expulsa pela substituição do tecido existente e pela falta de alternativas adequadas ao seu perfil. Além disso, a proposta não traz preocupações em relação à permanência dos novos moradores de baixa renda na região central após a aquisição das unidades.

- Falta de critérios para definição e controle da qualidade da habitação social: a proposta não apresenta os parâmetros mínimos de qualidade dos tipos habitacionais, nem sequer menciona a necessidade de sua definição a partir de um amplo processo de discussão e construção com os atores sociais envolvidos. O empreendedor deve atender a parâmetros mínimos para que as necessidades habitacionais sejam atendidas adequadamente.

- Impacto nas atuais atividades produtivas locais: a proposta é omissa quanto ao impacto nas atividades econômicas existentes nas quadras afetadas (comércio e serviços, de pequenos empresários) durante todas as etapas de sua implantação. A falta de definições claras sobre o seu destino, assim como sobre as fases, frentes e prazos da obra também impacta negativamente os atuais ocupantes do território, incluindo comerciantes, prestadores de serviços, trabalhadores e usuários.

- Indefinição quanto ao atendimento habitacional provisório: a proposta também é omissa quanto ao impacto das intervenções na vida da atual população moradora, não definindo o atendimento que será oferecido nas eventuais remoções para a execução das obras, mesmo que provisório.

- Indefinição quanto ao cronograma de atendimento das diferentes faixas de renda: A falta de definição dos perfis sociais prioritários de atendimento pode dificultar o acesso da população de mais baixa renda à produção habitacional, tendo em vista o progressivo encarecimento do preço da terra como consequência da intervenção urbana.

- Exclusão de segmentos vulneráveis no cadastro realizado pela concessionária: A proposta delega ao concessionário o cadastro e seleção dos beneficiários, o que significa adoção de critérios de mercado, e não de prioridade social. O único ente legítimo para execução dos cadastros é o poder público.

- **Organização da 4ª Jornada da Moradia Digna**

A 4ª Jornada da Moradia Digna representou mais uma edição de momento de articulação entre entidades, órgãos públicos e movimentos sociais preocupados com as questões urbanas e comprometidos com a concretização do direito à moradia digna e à cidade. Assim como ocorreu nas três primeiras jornadas, o evento construiu espaços coletivos de formação e mobilização da sociedade - em especial de segmentos como população em situação de rua, mulheres, ambulantes, imigrantes e moradores de assentamentos precários - onde puderam partilhar experiências, ampliar conhecimentos e sensibilizar a sociedade para a situação de exclusão existente em nossas cidades.

Antecedendo a realização do evento propriamente dito, realizamos um conjunto de atividades preparatórias de articulação e divulgação, com foco no fortalecimento das comunidades locais e na construção de espaços de debate sobre cada realidade específica: as Pré-Jornadas.

Em fevereiro de 2013 aconteceram três Pré-Jornadas, no Bairro Gangaíba, Parada de Taipas e favela de Paraisópolis. Em 02 e 03 de março de 2013 realizou-se a 4ª Jornada da Moradia Digna composta por palestras em painéis, atendimento jurídico, oficinas de formação e discussões temáticas. O tema mobilizador da 4ª Jornada foi “A Disputa pela Cidade: Conflitos urbanos e resistência popular”.

A Jornada cumpriu um papel importante de somar forças e aglutinar as experiências de diversos setores da sociedade se convertendo em um núcleo irradiador que serviu de base para fomentar outras experiências coletivas bem sucedidas em prol da moradia e do acesso aos bens coletivos das cidades de maneira equitativa pelos seus cidadãos. As comunidades participantes das Pré-Jornadas tiveram atendimento jurídico, e todos(as) os(as) participantes tiveram oportunidade de trocar experiências com práticas coletivas dialógicas e multidisciplinares. O público final foi de cerca de 1.800 pessoas.

- **Coordenação Executiva do Fórum Nacional de Reforma Urbana**

O Pólis é coordenação executiva do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU). O FNRU é o coletivo responsável pela implementação desse projeto, cujo horizonte temporal é de dois anos contados a partir de fevereiro de 2013.

O projeto “Plataforma do Direito à Cidade e Reforma Urbana: Caminho para Cidades Justas Democráticas e Sustentáveis” tem como objetivo contribuir com a organização e articulação do Fórum Nacional de Reforma Urbana. Tanto em âmbito nacional quanto internacional, visando a adoção do respeito ao direito à cidade e das bandeiras da reforma urbana por

diversos segmentos da sociedade e setores do Poder Público, na promoção das políticas públicas voltadas à construção de cidades justas, democráticas e sustentáveis.

Conforme definido junto aos membros do FNRU, os objetivos específicos para os próximos anos é:

- Rever e atualizar a plataforma do direito à cidade, bem como definir uma agenda estratégica para a promoção desta plataforma, de modo a incidir nas políticas públicas de desenvolvimento urbano.

- Realizar a campanha da função social da propriedade, desenvolvendo uma agenda contendo ações e mobilizações para a sua realização no âmbito nacional, e regional.

- Contribuir com a organização, articulação e mobilização dos Fóruns Regionais da Reforma Urbana já existentes (FNeRU – Fórum Nordeste de Reforma Urbana, FAOR – Fórum da Amazônia Oriental/ GT Urbano, Fórum Sul de Reforma Urbana e Fórum Urbano da Amazônia Ocidental – FAOC), bem como criar o Fórum Sudeste de Reforma Urbana.

- Aprimorar os meios de comunicação do FNRU.

- Produzir materiais informativos e educativos (boletins e cartilha) sobre a plataforma do direito à cidade e reforma urbana em especial sobre as formas de exigibilidade e de implementação dessa.

- Contribuir para a organização de um observatório internacional do direito à cidade da sociedade civil (formas de exigibilidade e de implementação do direito à cidade) que seja voltado à efetivação dos direitos dos habitantes, em especial dos grupos sub representados e vulneráveis.

- Participar dos espaços de gestão democrática e participativa em especial do Conselho Nacional das Cidades, monitorando o processo de criação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano.

- **Projeto Litoral Sustentável com Inclusão Social**

Conforme apontado no Relatório de Atividades do Instituto Pólis do ano de 2012, havíamos iniciado os processos de articulação e negociação de atividades que estão previstas no Plano Trienal. Parte importante do que está previsto para o ano de 2013 consiste na elaboração de subsídios, propostas e diretrizes que contribuam para a construção de instrumentos de gestão e regulação que são hoje de responsabilidade dos municípios.

O Pólis esteve envolvido na criação de muitos desses instrumentos, que foram importantes conquistas, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e o Sistema Nacional de Cultura. No entanto, esses resultados nos levaram imediatamente a novos desafios, que é garantir a aplicação de tais políticas nos 5.564 municípios brasileiros, pois este ente federativo passou a ser responsável por grande parte da implementação de tais instrumentos. Contribuir nessa nova etapa em que o poder público local é um ator fundamental para a efetivação de conquistas históricas do Pólis está colocado como um dos desafios desse trienal.

Neste sentido, criamos no âmbito deste Plano o Projeto Litoral Sustentável, uma parceria entre o Instituto Pólis e a Petrobras cujo objetivo é produzir, em processos participativos, uma agenda de desenvolvimento sustentável para os 13 municípios que compõem o litoral paulista e uma agenda integrada para a região a partir de temáticas definidas.

O litoral paulista tem experimentado grandes transformações nas últimas décadas, com processos de urbanização muitas vezes desordenados, com forte impacto na vida de quem mora, trabalha e frequenta a região. Agora, um novo processo de transformação está sendo impulsionado por diversos projetos em curso na região, como a ampliação dos portos, a duplicação e construção de novas rodovias e a exploração do Pré-sal.

O momento atual impõe grandes desafios de como pensar e planejar o futuro, conhecer as demandas sociais, ambientais e urbanas acumuladas, avaliar os impactos socioambientais dos grandes empreendimentos em curso na região, procurar formas de usá-los para impulsionar o desenvolvimento sustentável local e regional e, também, de conter ou mitigar seus efeitos negativos.

É importante também neste momento, conhecer e articular as diversas iniciativas que vêm sendo realizadas pela sociedade e administrações públicas no sentido de avaliar o presente e buscar cidades mais justas, mais bonitas e mais saudáveis.

Considerando este contexto o projeto Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social, proposto pelo Instituto Pólis à Petrobras, objetivou produzir através de processos participativos, uma agenda de desenvolvimento sustentável para cada município e uma agenda integrada para a região do Litoral de São Paulo que abrange o Litoral Norte e a Baixada Santista. Para tal, na primeira fase do projeto elaborou um diagnóstico regional de desenvolvimento sustentável do Litoral Norte e Baixada Santista do Estado de São Paulo e 13 diagnósticos urbanos e socioambientais nos seguintes municípios: Ubatuba, Caraguatatuba,

São Sebastião, Ilhabela, Bertioga, Guarujá, Santos, São Vicente, Cubatão, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe.

Como marcos referenciais do Desenvolvimento Sustentável temos a Declaração de Estocolmo resultado da Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e a Declaração do Rio da Segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Rio 92). Na Declaração de Estocolmo pelo Princípio 1: O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar, tendo a solene obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras. A este respeito, as políticas que promovem ou perpetuam o apartheid, a segregação racial, a discriminação, a opressão colonial e outras formas de opressão e de dominação estrangeira são condenadas e devem ser eliminadas.

Na Declaração do Rio de Janeiro-Rio 92 ressaltamos o direito ao desenvolvimento ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades de desenvolvimento e de meio ambiente das gerações presentes e futuras (princípio 3), dos Estados e todos os indivíduos, como requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, cooperarem na tarefa essencial de erradicar a pobreza, a fim de reduzir as disparidades de padrões de vida e melhor atender às necessidades da maioria da população do mundo (Princípio 5).

O processo de construção de todo o trabalho, baseou-se na participação de todos os segmentos sociais, sociedade civil, poder público, entidades, indivíduos, em todas as fases do trabalho.

Em 2012 foram realizadas reuniões com todos os Prefeitos e equipes técnicas de cada prefeitura, com representantes de diversas Secretarias do Governo do Estado e com representantes da GI-GERCO, Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro - em Brasília.

Também foram identificadas cerca de 1.000 entidades da sociedade relacionadas com os temas analisados, e foram realizadas entrevistas, reuniões de escuta e oficinas públicas para subsidiar a elaboração dos diagnósticos municipais e regional. A Pesquisa qualitativa realizada em 13 municípios trabalhou com 2 grupos classes CD em cada uma e em Santos com 2 grupos classes CD e 2 grupos classes AB.

Devolutivas dos Diagnósticos Municipais aos governos foram realizadas no segundo semestre de 2012 a partir da versão preliminar dos diagnósticos, e em seguida realizadas as Devolutivas

Públicas, uma em cada município, para a qual foram convidadas entidades da sociedade, população e poder público municipal e também estadual e federal.

Em dezembro de 2012 foram realizados dois Seminários Regionais, um na Baixada Santista na cidade de Santos e um no Litoral Norte na cidade de Caraguatatuba, apresentando os principais resultados do diagnóstico regional, debatido com os representantes de administração pública e da sociedade que estiveram presentes.

Cabe destacar, no processo participativo, a consolidação do site Litoral Sustentável - www.litoralsustentavel.org.br - como importante plataforma de comunicação. Este site é uma das principais ferramentas do projeto, sendo crucial na construção de dados e informações mais consistentes e relevantes de maneira ágil por conta da interação com centenas de usuários (é possível debater, baixar arquivos, documentos e todo material produzido pelo projeto), é um canal interativo de divulgação dos eventos, auxiliando na mobilização local, também transmite os eventos ao vivo permitindo construir uma participação mais ativa e com maior apropriação com o público em geral. O projeto também está presente nas redes sociais, ampliando a visibilidade das ações e fortalecendo a interação com os interessados nos temas abordados pelo projeto. Os convites aos eventos públicos utilizaram além dos convites enviados em meio digital aos contatos acumulados ao longo do trabalho, a divulgação nos meios de comunicação locais como rádio e imprensa, faixas, convites por meio telefônico, presencial e cartazes colocados em diversos locais de acesso público. A coordenação do Projeto participou de diversas entrevistas em rádios, Televisões e imprensa local e regional, o que também contribuiu para a divulgação dos conteúdos e eventos.

Entre os temas que foram objeto de análise pelos diagnósticos municipais e regional urbano e socioambiental podemos destacar as seguintes:

- Caracterização geral dos municípios, inserção regional, dinâmica e caracterização populacional, domicílios de uso ocasional e caracterização da população flutuante;
- Leitura comunitária sobre as demandas e potencialidades dos municípios e os desafios para o desenvolvimento sustentável
- Desenvolvimento econômico, caracterização do mercado produtivo, do mercado de trabalho e formação, e as finanças públicas;
- Ordenamento territorial: evolução da mancha urbana, a regulação da política urbana e do ordenamento territorial, a dinâmica imobiliária;

- Espaços territoriais especialmente protegidos;
- Grandes equipamentos de infraestrutura e logística;
- Mobilidade urbana e regional;
- Habitação e regularização fundiária;
- Saneamento ambiental, drenagem, água, esgoto e resíduos sólidos;
- Segurança alimentar e nutricional;
- Saúde;
- Cultura;
- Segurança pública;
- Educação;

Os diagnósticos municipais e regional têm sido utilizados nos processos de elaboração dos instrumentos de planejamento municipal e regional da região, considerando que no ano de 2013 os Municípios devem elaborar os seus planos plurianuais, e revisarem os seus planos diretores, por exemplo, bem nas conferências das cidades e do meio ambiente. Também tem sido utilizado no campo das pesquisas de âmbito técnico e científico por pesquisadores e instituições de ensino e pesquisa.

O Projeto Litoral Sustentável no ano de 2013 está desenvolvendo a sua segunda fase através de um processo participativo que tem por objetivo a elaboração de uma Agenda Regional de Desenvolvimento Sustentável e de Agendas de Desenvolvimento Sustentável para cada um dos municípios do Litoral Norte e da Baixada Santista. Estas Agendas devem servir como um guia orientador para a atuação do Poder Público, das organizações da sociedade civil e do setor privado para o planejamento integrado das políticas públicas com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida de toda a população de forma equilibrada com o meio ambiente. Com base nos resultados dos diagnósticos municipais e regional estamos propondo a construção de uma Agenda Regional de Desenvolvimento Sustentável.

A Agenda Regional de Desenvolvimento Sustentável será constituída por um conjunto de princípios, diretrizes e ações estratégicas, articuladas em torno de eixos temáticos, que procuraram responder a questões transversais ao Litoral Norte e à Baixada Santista,

correspondentes a desafios e potencialidades identificados, como por exemplo, os assentamentos informais de baixa renda, a mobilidade urbana, as áreas ambientais especialmente protegidas e a destinação dos resíduos. Por outro lado, a Agenda Regional reconhece as especificidades dessas regiões, relacionada em grande medida aos diferentes processos de urbanização das mesmas. Hoje os municípios dessas duas regiões estão vinculados a diferentes áreas metropolitanas, que possuem instrumentos próprios de planejamento e gestão, como, por exemplo, o macrozoneamento econômico e ecológico, agências, conselhos e fundos públicos metropolitanos. A consideração das estruturas de gestão e do conjunto de atores/agentes atuantes nesses territórios, além das políticas públicas e financiamentos disponíveis em âmbito municipal, estadual e federal, são fundamentais na consistência das ações propostas nessa agenda e na viabilidade de sua implementação.

Foram planejados e estão sendo realizados durante a segunda fase, seminários e reuniões com foco temático com o objetivo de aprofundar o debate e as propostas de ações pertinentes em temas que se destacaram durante o desenvolvimento de todo o projeto, tais como resíduos sólidos urbanos, turismo de base sustentável, segurança alimentar, sistema nacional de cultura, segurança pública e planos municipais de educação. Estes eventos propõe a reunião de técnicos, militantes e usuários com órgãos públicos de financiamento, a apresentação de experiências relevantes e a articulação regional de gestores e operadores dos temas buscando consolidar análises e estratégias de avanços destes temas na região.

Destacam-se ainda diversas atividades realizadas para além do escopo inicialmente previsto, viabilizadas a partir de demandas locais e regionais da sociedade e do poder público, fomentadas pelo processo de trabalho e discussão promovidos no âmbito do projeto:

- Formulação propostas para contribuir com a elaboração de quatro Planos Municipais e um Regional de Resíduos Sólidos: subsídios construídos nos diagnósticos, debates e agendas, e com a leitura e análise crítica e propositiva dos planos elaborados pelos municípios e na região.
- Elaboração de subsídios para contribuir com o desenvolvimento de sistemas municipais de SAN em municípios do Estado de São Paulo.
- Elaboração de diretrizes para a implementação de programas de desenvolvimento sustentável municipais e regionais em seis municípios.
- Realização de diagnósticos socioculturais e propostas de desenvolvimento cultural local em seis municípios, com participação em eventos específicos promovidos em cada município;

Todo material produzido – diagnóstico completo, apresentações, relatos de experiências existentes, filmes, relatoria dos eventos, banco de leis, está disponibilizado no site do projeto, além do material impresso para divulgação: boletins sintéticos preparatórios aos eventos públicos, relatórios executivos dos diagnósticos dos 13 municípios e o regional e relatório completo da agenda regional e das agendas municipais e informativo sintético das agendas. O material impresso já vem sendo distribuídos diretamente aos participantes e contatados durante o projeto, além de bibliotecas e locais de ensino, e o material das agendas será entregue até o final do projeto.

- **Pesquisa sobre o programa Minha Casa Minha Vida na Baixada Santista**

Engrossando nossa atuação na região litorânea de São Paulo, o Pólis desenvolve paralelamente uma pesquisa específica sobre a disponibilidade de moradias na região e uma avaliação das políticas que estão sendo realizadas. A pesquisa propõe uma análise da inserção urbana e territorial dos empreendimentos do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) na Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), e estudos de natureza qualitativa, sobre empreendimentos selecionados que expressem diferentes situações de inserção urbana, visando identificar os impactos urbano, ambientais e sociais nas famílias beneficiárias do programa.

A RMBS é composta por nove municípios: Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente. Sua formação inicial se deu a partir do município de Santos, cuja ocupação está associada originalmente ao porto que desde a segunda metade do século XIX passou a desempenhar um papel de extrema relevância no contexto do complexo cafeeiro. Posteriormente, com a evolução do processo de industrialização e a implementação das indústrias de base a partir da década de 50, formou-se o complexo industrial de Cubatão. A implantação da COSIPA e da Refinaria Presidente Bernardes e a construção da Rodovia Anchieta (1947) são marcos relevantes da reconfiguração socioespacial e da expansão urbana evidenciada a partir desse período.

Desta forma, do ponto de vista urbanístico, o crescimento dos municípios da região se dá imbricado com o crescimento da base econômica a partir das cidades mais centrais - Santos e São Vicente. Estes territórios apresentaram um processo de adensamento e ampliação da área urbana que foi acompanhado pelo surgimento das primeiras ocupações irregulares, em áreas de proteção e encostas de morros e cortiços nas áreas centrais de Santos. Esse processo de expansão esteve também associado ao interesse imobiliário gerado pelo “veranismo”, relacionado às características de balneário existentes em municípios de todo o litoral paulista.

O processo de exclusão socioespacial levava assim a população mais pobre a ocupar áreas protegidas e de risco como o fundo dos vales e as escarpas da Serra do Mar, enquanto a alta renda ocupava as avenidas Beira Mar e “privatizava” as praias.

Atualmente a RMBS, com uma população de mais de 1,5 milhões de habitantes, apresenta um déficit habitacional de 70 mil domicílios e um déficit qualitativo de 95 mil domicílios. É sobre esse universo significativo que estamos avaliando os impactos urbano-ambientais do programa MCMV na RMBS, discutindo sua relação com o déficit habitacional apontado e com as condições de urbanização do território.

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), de abrangência nacional, se propõe a atender parte das necessidades de novas moradias das famílias de baixa e média renda. Importante destacar que os grandes empreendimentos habitacionais do PMCMV podem provocar grandes impactos urbanos e ambientais. Tais impactos são diversificados e multidimensionais. Afetam o funcionamento e a expansão das cidades onde aqueles empreendimentos habitacionais se implantam e afetam também a vida cotidiana das pessoas que vivem nesses empreendimentos. É preciso analisar cuidadosamente esses impactos a fim de mitigá-los e evitá-los na continuação do processo de implementação daquele Programa.

A pesquisa está sendo desenvolvida considerando duas abordagens de análise territorial. Na primeira, finalizada neste semestre, analisamos a inserção urbanística e os impactos urbanos e ambientais dos empreendimentos MCMV na RMBS, considerando o porte, as faixas de atendimento e a tipologia dos empreendimentos e as condições do território nas áreas socioeconômicas, acesso às infraestruturas, uso e ocupação do solo, regulação urbanística e expansão urbana.

Na segunda abordagem, desenvolveremos análises específicas em estudos de casos de empreendimentos, considerando as condições particulares de inserção e impacto urbano e ambiental, a satisfação dos moradores e os interesses dos diferentes agentes envolvidos na produção dos empreendimentos. A seleção desses empreendimentos será definida partir das análises territoriais desenvolvidas para toda a RMBS e da discussão com os pesquisadores da UNIFESP. Essa parceria permitirá associar as temáticas sociais e urbanas, tornando as análises mais consistentes.

Este projeto é realizado por uma rede nacional formada por universidades federais, estaduais, privadas e entidades sem fins lucrativas já envolvidas em pesquisa sobre o MCMV. Nesta rede, o Polis propõe desenvolver a análise na RMBS articulando as dimensões sociais e urbanísticas e ambientais.

Este grupo de instituições é formada pelas Universidades Federais do Ceará, Pará, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Rio de Janeiro (IPUR e ProURB), Universidades Estaduais de São Carlos (IAU) e Universidade de São Paulo (LAB Cidades) realizou três encontros neste semestre. Um em Brasília, um em Recife e outro em São Paulo, na sede do Polis, para discutir os resultados do projeto.

Neste primeiro semestre de 2013, as seguintes atividades foram executadas:

- Identificação da totalidade dos empreendimentos do MCMV na RMBS por localização, faixa de atendimento, porte e tipologia.
- Avaliação das condições e de inserção e os impactos urbanos e ambientais dos empreendimentos do MCMV em face das características socioeconômicas predominantes, das condições de acesso a infraestrutura, das características do uso e ocupação do solo, das normas previstas na Regulação Urbanística local e das alterações propostas.
- Avaliação referente à distribuição dos empreendimentos e sua participação no reforço aos processos de expansão urbana da região.
- Análise da produção do PMCMV e distribuição entre os diversos municípios correspondente as principais demandas habitacionais da RMBS;

- **Elaboração dos Planos Diretores e Capacitação dos Agentes Públicos nos Municípios de Laranjal do Jari (AP) Vitória do Jari (AP) e Almeirim (PA)**

Também compõem o grupo de ações territorializadas as ações que o Pólís está realizando no sentido de implementar instrumentos de regulação urbana nos Municípios de Laranjal do Jari (AP) Vitória do Jari (AP) e Almeirim (PA), que compõem a Bacia do Jari. Os cursos sobre Licenciamento Ambiental e Elaboração de Projetos e Captação de Recursos foram dirigidos a gestores e o de Elaboração de projetos e captação de recursos para atores envolvidos na cadeia produtiva da pesca e para os gestores municipais.

Cada curso tem conteúdos específicos divididos em três módulos e que foi ministrado durante o ano 2013. Um dos módulos teve o objetivo de capacitar gestores municipais a realizar o licenciamento ambiental descentralizado. O outro, destinado aos pescadores das Colônias teve como objetivo capacitá-los a captar recursos para execução de suas atividades, uma vez que a pesca nos três municípios é principalmente de subsistência e não está estruturado para auferir renda.

As sedes dos municípios de Laranjal do Jari e Vitória do Jari localizados na mesorregião sul do Amapá e na microrregião de Mazagão encontram-se nas margens do rio Jari. Laranjal do Jari possui população de aproximadamente 39.942 habitantes, dos quais 94% moram na área urbanizada e 6% no campo. Em Vitória do Jari a população é de aproximadamente 12.428 habitantes, onde 83% vivem na cidade, enquanto os demais (17%) residem na área rural (ECOLOGY, 2010).

O município paraense de Almeirim localiza-se na mesorregião do Amazonas. Possui uma área de 90.378 Km², sua sede encontra-se na margem do rio Amazonas, onde ao longo deste rio e próximo aos municípios amapaenses está sendo construída a UHE Santo Antônio do Jari. Almeirim tem uma população de 33.614 habitantes, dos quais 59% vivem na área urbana, enquanto 41% moram na zona rural (ECOLOGY, 2010).

A capacitação dirigida a gestores para elaboração de projetos e captação de recursos pode auxiliar a buscar novas formas de obter recursos públicos federais, privados e internacionais para ampliar a capacidade de investimentos em infraestrutura, equipamentos públicos e habitação. Ou até mesmo, investir na capacidade técnica e no desenvolvimento institucional hoje instalado no município e na capacidade de gerir o território, a partir da ampliação do conhecimento sobre regulações urbanas e ambientais.

Em paralelo, o Polis está atuando na elaboração/revisão do Plano Diretor destes três municípios, que foram impactados pela construção de uma hidrelétrica no rio Jari.

Os três municípios de Laranjal e Vitória do Jari na margem do Jari têm parte significativa da população morando em área de risco de alagamento e são altamente vulneráveis. Os serviços públicos são precários ou inexistentes

No entanto, em Almeirim, no Pará, e especificamente no Distrito de Monte Dourado, os moradores usufruem da infraestrutura implantada pela Jari e celulose, como saneamento básico, dando melhores condições de saúde e habitação. O mesmo não acontece no distrito, onde se localiza a prefeitura que tem a mesma precariedade encontrada na sede do município.

O Plano Diretor é o instrumento básico da política urbana municipal, cabendo cumprir as premissas da Constituição Federal de 1988. Ele é um instrumento obrigatório para municípios com população acima de 20.000 habitantes, situados em regiões metropolitanas ou em aglomerações urbanas, localizados em áreas de interesse turístico ou em área sobre influência de atividades e empreendimentos com significado impacto ambiental de caráter regional ou nacional. Onde se enquadram os três municípios que tem 70% do seu território em área

protegida ambientalmente, com reservas, comunidades indígenas e que foi criada a partir da empresa Jari celulose.

Nestes municípios localizados na Amazônia Legal, a falta de planejamento e baixa capacidade de gestão, fizeram com que eles tenham um alto grau de precariedade urbana. A população que tinha um modo de vida característico da população ribeirinha, hoje vive no meio do lixo formado por garrafas pets, plásticos, isopor, etc. Porém grande parte da população ainda sobrevive do peixe que pesca, da farinha e do açaí.

Cabe ao Plano Diretor estabelecer todas as diretrizes para a organização físico-territorial da área urbana e também das áreas protegidas, podendo prever tanto a implementação de intervenções físicas e serviços, de programas e instrumentos municipais, como as regras que orientarão o disciplinamento do uso, ocupação e parcelamento do solo com a utilização dos instrumentos urbanísticos instituídos pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/ 2001) e os relativos a questões específicas locais: ambientais, patrimoniais, e arqueológicas, em acordo ao estabelecido pela Constituição Federal. Além disso, deve instituir o sistema de gestão democrática. Para tanto, os diversos segmentos da sociedade precisam estar capacitados para interferir nos processos de elaboração, implementação e gestão do Plano Diretor.

No primeiro semestre foram realizados todos os levantamentos necessários para que se possa construir um material técnico que possa dar base a discussão comunitária, que será iniciada no segundo semestre.

É importante informar que todo o material didático que foi produzido pelo Polis – Planos Diretores no Estado do Amazonas e a Cartilha Plano Diretor na Amazonia – Participar é um Direito - estão sendo utilizados com os agentes públicos e com a população – subsidiando a discussão e realizando um trabalho de formação.

Objetivo 2

Divulgação de propostas e implementação de políticas e experiências bem-sucedidas de desenvolvimento local com inclusão social é ampliada

INDICADORES E METAS

- Meta 5 - 2,5 milhões de downloads de documentos e publicações nos sites mantidos pelo Pólis.

Neste semestre, aproximadamente 65.430 pessoas tiveram acesso aos materiais produzidos pelo Pólis. Destes, 23.250 foram acessos pelos site do Pólis e 2.650 foram downloads de publicações eletrônicas. Ao observar esses números, nos deparamos com a necessidade de revisar a meta estabelecida inicialmente, pois trata-se de um patamar que não será atingido nos próximos anos. Assim, além da revisão da Meta 3, que foi subestimada, apontamos desde já a necessidade de revisar a Meta 5, pois esta foi superestimada. No entanto, reafirmamos que o Relatório Anual de 2013 é o melhor momento para estabelecermos novos patamares, quando teremos encerrado o ciclo anual de atividades e teremos maior propriedade para prevermos novos patamares.

- Meta 6 - 200 artigos, entrevistas e peças de comunicação produzidas pelo Pólis são veiculadas na mídia.

Neste primeiro semestre de 2013, foram feitas 113 menções ao Pólis em meios de comunicação impressos e virtuais, relacionados à grande mídia ou veículos alternativos de comunicação. Foram 13 participações em matérias da Rádio Brasil Atual, 03 no jornal Folha de S. Paulo, 03 no jornal O Estado de S. Paulo, 01 na TV Globo, 02 na TV Cultura. Tendo sido 53 citações, 3 artigos, 16 entrevistas e 41 participações com opinião sobre temas como a Política Nacional de Resíduos Sólidos, as Manifestações de Junho, ações do projeto Litoral Sustentável e Planejamento Urbano (mobilidade e moradia).

ATIVIDADES REALIZADAS

A área de Comunicação do Instituto Pólis compreende hoje a coordenação da equipe institucional, o projeto Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social, a responsável pela comunicação do Pontão de Convivência e Cultura de Paz, a coordenadora do

projeto LogoLink, a responsável pelo CDI (Centro de Documentação e Informação) e o estagiário de TI (Tecnologia da Comunicação).

Neste primeiro semestre de 2013, avançamos na comunicação interna e externa do Instituto Pólis. Consolidamos uma reunião quinzenal da área de Comunicação, para aprimorarmos nosso trabalho, traçarmos pautas em comum e ampliarmos nossa atuação. A partir desses encontros, estamos traçando um planejamento estratégico para a área, que levará em conta nossas atividades até o final deste ano.

No site do Instituto Pólis foram publicados 97 documentos neste primeiro semestre de 2013, incluindo notícias, publicações, cartilhas e editais. Houve, de janeiro a junho, um aumento de 76,74% das visitas ao site e de 1.232,75% no alcance da página institucional no Facebook (registrados até maio de 2013*)

Para ampliar o alcance das notícias, realizamos o Boletim Pólis quinzenalmente, que circula por e-mail. Com isso, as matérias ganharam maior alcance, incluindo além das opiniões de nossos especialistas, a de atores sociais envolvidos nas atividades do Instituto, além de ajudar a aproximar os colaboradores.

Foram enviados 12 Boletins virtuais Pólis de janeiro a junho, com informações relacionadas às ações das áreas (urbanismo, desenvolvimento local, direito à cidade, cultura, resíduos sólidos, juventudes, segurança alimentar) e às agendas cidadãs da cidade. Foram divulgadas também notícias sobre o Pólis veiculadas na mídia.

Na mídia externa, o Instituto Pólis teve bastante projeção, tendo sido documentados 113 registros de menção ao Instituto, incluindo os jornais Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo e Diário de São Paulo e as emissoras de televisão TV Globo, TV Cultura e TV Brasil.

Em abril, o Pontão de Convivência e Cultura de Paz reformulou seu site, melhorando a visualização dos conteúdos, ampliando a inserção de galerias de fotos dos eventos que realizou neste ano e tornando possível a inscrição dos participantes do "Conviver em Paz nas Cidades - Encontro Nacional de Cultura de Paz, Políticas Públicas e Direito à Cidade", que acontecerá de 19 a 21 de setembro.

O Centro de Documentação e Informação conseguiu dar andamento à reestruturação estratégica do tratamento da documentação arquivística das diversas publicações do Instituto Pólis. De janeiro a maio deste ano, foram doados 3.279 exemplares, sendo 549 publicações

editadas pelo Pólis e 2.730 publicações do acervo institucional com temáticas trabalhadas pelo Instituto.

O CDI também cumpre papel importante na assessoria à imprensa, junto à equipe institucional, ampliando o atendimento à jornalistas e atualizando constantemente o banco de dados de notícias em que o Instituto Pólis foi mencionado.

- **Produção dos Sites e Redes Sociais**

Entendemos que a cultura digital muda a comunicação no interior das redes. Ela traz agilidade para a produção da informação, dá outra conotação à mobilização de atores, potencializa interlocutores, aproxima novos parceiros e forma novas alianças. Por isso, apostamos na ampla divulgação dos projetos e publicações do Instituto Pólis em sites e nas redes sociais Facebook, Twitter, Vimeo e Youtube.

Contamos hoje com quatro principais endereços eletrônicos: o site Institucional (www.polis.org.br), o site do projeto Litoral Sustentável (www.litoralsustentavel.org.br), o site do Pontão de Convivência e Cultura de Paz (www.convivenciaepaz.org.br), a plataforma Pólis Digital (www.polisdigital.com.br) o site do LogoLink (www.logolink.org).

No Facebook também coordenamos as seguintes páginas: dois perfis do Instituto Pólis (sendo um deles um perfil pessoa física e a outra uma página Institucional), Litoral Sustentável, Pontão de Convivência e Cultura de Paz, Pólis Digital, Agricultura Urbana e Cineclubes Pólis.

Em junho, nosso perfil pessoa física no Facebook registrou 5.000 amigos. Também foi criado em 2009 um perfil do Pólis no Twitter, que hoje tem 3.519 seguidores.

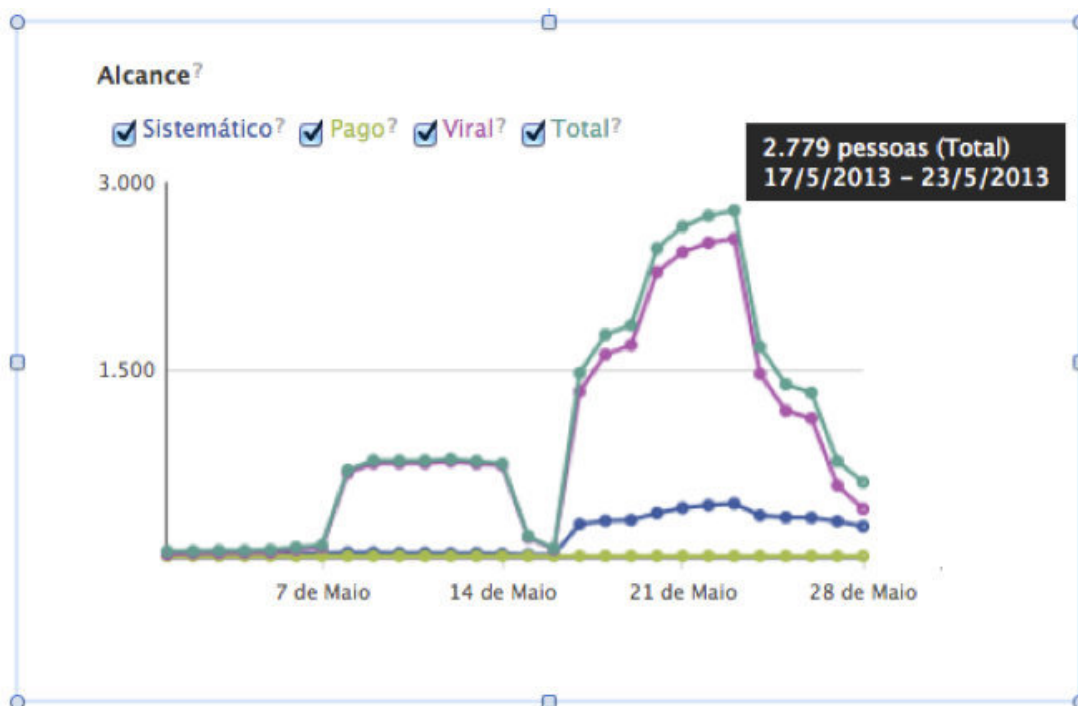
Como atingimos o número máximo de amigos (5.000) em nosso perfil pessoa física do Facebook, realizamos uma campanha para que esses contatos acompanhem a página oficial do Instituto Pólis, que por enquanto, tem 650 fãs. Em maio, quando reforçamos essa campanha, a página do Pólis teve um aumento expressivo de alcance. Comparando os picos de acesso de janeiro a maio, em janeiro o maior número foi de 171 pessoas, enquanto em maio o pico foi de 2.779 pessoas. Ou seja, houve um crescimento de 1.232,75% no alcance da página no período, conforme os gráficos abaixo.

*Como em junho, unificamos ambos os perfis do Instituto Pólis no Facebook, não pudemos mais avaliar as estatísticas anteriores da página institucional. Por esse motivo, consideramos a comparação janeiro a maio de 2013, pois os antigos dados da conta não podem mais ser acessados.

Alcance da página oficial do Pólis no Facebook em janeiro:



Alcance da página oficial do Pólis no Facebook em maio:

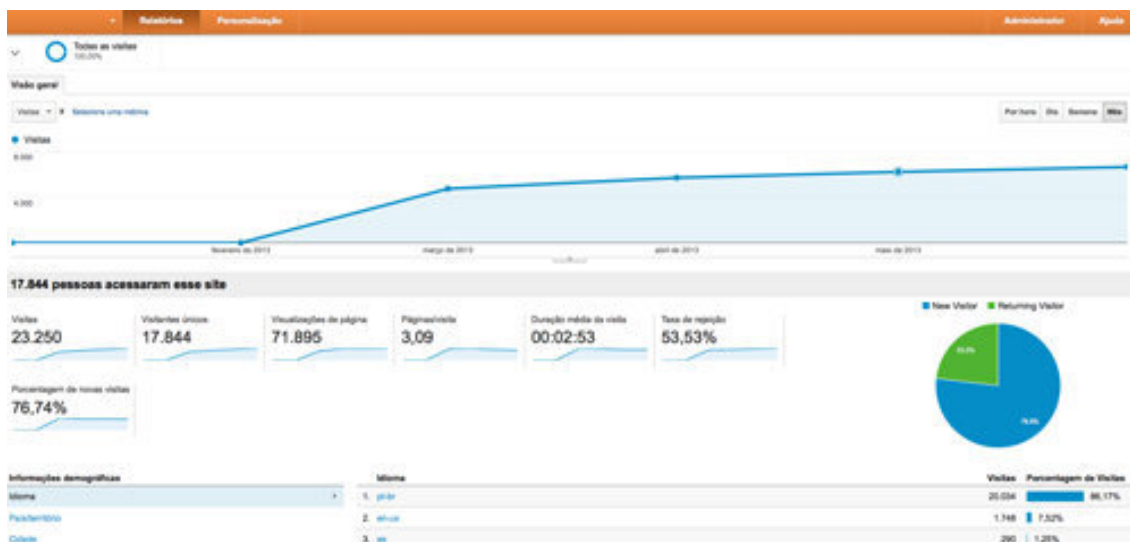


No site institucional (www.polis.org.br) foram aplicadas uma série de melhorias, tais como implementação da ferramenta de rastreamento no Google Analytics, permitindo o conhecimento estatístico de todos os downloads das publicações dispostas no site, a criação de um campo de editais e vagas na Homepage, a atualização do campo de parceiros e projetos do instituto e a inserção de um carrossel de notícias, que permite destacar as matérias mais importantes e recentes, melhorando a dinâmica do site e facilitando a visualização para quem acessa o endereço eletrônico do Instituto Pólis.

De janeiro a junho de 2013, no endereço www.polis.org.br, tivemos 23.250 visitantes e 71.895 visualizações de páginas, conforme o gráfico abaixo. Houve neste período um aumento de 76,74% das visitas.

A maioria dos visitantes do site acessou a página no Brasil (20.034). Em segundo lugar, ficou Estados Unidos (1.748) e, em terceiro, a Espanha (290). Também houve acessos da Inglaterra, de Portugal, da França e da Alemanha. Isso reforça nossa vontade de traduzir os conteúdos do site para outras línguas. Já estamos estudando ferramentas de tradução automática e a necessidade de fazer a tradução manual de alguns conteúdos.

Visitas ao site do Pólis de janeiro a junho



- **Site do Pontão**

Em meados de maio, numa parceria da responsável pela comunicação do Pontão com a área de TI do Pólís, foi elaborado e publicado um novo layout para o site convivenciaepaz.org.br. Tendo em vista o evento “Conviver em Paz nas Cidades – Encontro Nacional de Cultura de Paz, Políticas Públicas e Direito à Cidade”, o novo site busca tornar a comunicação das ações do Pontão mais legível e dinâmica. Aos poucos estão sendo realizados a edição do conteúdo publicado anteriormente com inserção de galerias de imagens e textos das atividades do Pontão ao longo desses três anos.

Com este novo site, busca-se concentrar as informações, inscrições e notícias do Encontro Nacional num único canal de comunicação sem perder o diálogo e dinâmica de publicação no site do polis.org.br.

- **Boletins de Notícias, Comunicação Interna e Mídia Externa**

Todas as área de comunicação produzem boletins de notícias. Um boletim estratégico é o Notícias Pólís, que concentra destaques de todas as áreas do Instituto. Com este material, produzido quinzenalmente, as matérias realizadas pelo Instituto ganharam maior alcance, incluindo além das posições de nossos especialistas, a de atores sociais envolvidos nas atividades do Instituto, bem como aproximando seus colaboradores.

Foram enviados 12 Boletins virtuais Pólís de janeiro a junho de 2013, com informações relacionadas às ações das áreas, com as agendas cidadãs da cidade (com programações de parceiros do Pólís também), entrevistas com especialistas e divulgação do Pólís na mídia. As

notícias também foram, em alguns casos, replicadas em sites de parceiros e nas redes sociais Facebook e Twitter.

O Pontão de Convivência e Cultura de Paz, o Litoral Sustentável e o LogoLink também realizam boletins de notícias mensais. Eles são estratégicos pois dialogam com a sociedade civil e gestores de suas áreas de atuação.

O projeto Litoral Sustentável também produziu boletins síntese de diagnósticos para cada um dos 13 municípios, impressos e distribuídos durante os eventos promovidos pelo Pólis. Além de ter realizado newsletters, inserções nas mídias locais e a publicação executiva dos diagnósticos e agendas.

Todo este material encontra-se disponível on-line e circulando no site (www.litoralsustentavel.org.br) e nas redes sociais, constituindo material importante para a ampliação do público participante do projeto. Este trabalho articula-se com entrevistas, oficinas, debates e seminários presenciais que fazem parte do processo de construção do diagnóstico do Litoral Norte e Baixada Santista do Estado de São Paulo.

O Instituto Pólis teve bastante projeção na mídia externa, tendo sido documentados 113 registros de aparição, incluindo os jornais Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo e Diário de São Paulo, as emissoras de televisão TV Globo, TV Cultura e TV Brasil, as rádios Brasil Atual e Caraguá FM e os sites Envolverde, Primeira Edição, da USP, Outras Mídias, Arcoweb, o portal de notícias Deutsche Welle e o Terra, entre outros veículos.

No site institucional foram inseridos 97 documentos no primeiro semestre de 2013, incluindo notícias, publicações, cartilhas e editais.

A partir de um diagnóstico feito nesse primeiro semestre sobre o papel da área de comunicação, percebemos a necessidade de ampliar a comunicação interna no instituto. Por isso, decidimos estabelecer quatro atividades para o segundo semestre de 2013:

- Formular um boletim interno mensal para a equipe;
- Ampliar o contato entre os funcionários que cuidam da área de comunicação do Pólis;
- Desenvolver a área de TI, fazendo uso de uma ferramenta nova que possibilitará obter uma extranet (compartilhamento de informações com segurança), criar um chat para os funcionários que funcionará dentro e fora do instituto, melhorar o sistema de e-mail e o compartilhamento de documentos e de uma agenda comum às equipes;

- Criar peças comemorativas virtuais (endomarketing) durante o ano. Já iniciamos em abril um cartão de aniversário, que será enviado aos funcionários a cada mês.
- Contratação de um estagiário para a equipe de Comunicação e de um designer gráfico para produção de peças visuais.
- Realização de um Planejamento Estratégico da área para prospecção de dois programas da TV Pólis, participação de editais de Mídias Livres e Audiovisual, organização do Mailing e reestruturação dos sites dos projetos.

- **Mídias Digitais**

Realizamos pequenos vídeos e documentários, jornalismo on-line e eventos transmitidos em tempo real . Isso foi possível durante os dois seminários temáticos promovidos pelo projeto Litoral Sustentável - Desenvolvimento com Inclusão na Baixada Santista (dias 10 e 11 de abril) e no Litoral Norte (23 e 24 de maio). O vídeo sobre o Seminário Temático da Baixada Santista está disponível neste link: http://youtu.be/fJldmDih_jU.

Neste momento, estão sendo editados e gravados vídeos com entrevistas sobre as temáticas do Pólis e os eventos que estão sendo realizados pelo Pontão de Convivência e Cultura de Paz. Também está sendo estudada a proposta de uma TV Pólis, um canal que apresentaria programações mais completas sobre os eventos realizados pelo Pólis e temas em voga nas áreas de cultura, urbanismo, resíduos sólidos, juventudes e segurança alimentar.

O projeto Litoral Sustentável também lançou edital para contratação de uma empresa que fará dois documentários, abordando as temáticas que vêm sendo trabalhadas nos diagnósticos socioambientais e urbanos e agenda sustentável da Baixada Santista e do Litoral Norte.

- **Centro de Documentação e Informação e Publicações**

O Centro de Documentação e Informação foi estruturado para atender às necessidades de informação do público interno (Pólis) e externo (comunidade/parceiros/ redes/). A riqueza do conteúdo informacional do acervo aliado à divulgação feita pelos pesquisadores internos, aos trabalhos em rede e à forma de atendimento personalizado, considerando as características e necessidades específicas de cada pesquisador, transformam o Centro de Documentação e Informação em um ponto de convergência de acesso às informações e produtos produzidos pelo Instituto Pólis.

De janeiro a junho, foi dada continuidade ao projeto de “Reestruturação e Implementação do Centro de Documentação e Informação – CDI, que tem como objetivo a elaboração e a

reestruturação estratégica do tratamento da documentação arquivística das diversas publicações do Instituto Pólis. Este projeto tem por objetivo :

- Reformular o banco de dados para permitir a gestão adequada do material do acervo para o uso interno da instituição e externo para Internet;
- Resgatar a história do Pólis e realizar o processamento técnico dos documentos gerados pela instituição ao longo de 25 anos;
- Instituir arquivos centralizados num único setor, comum aos vários departamentos;
- Tratamento e disponibilização do conhecimento ao longo dos 25 anos de produção documental institucional no portal, visando atingir maior número de atores nacionais e internacionais.

Foram doados 3.279 exemplares, sendo 549 publicações editadas pelo Pólis e 2.730 publicações do acervo institucional com temáticas trabalhadas pelo Instituto.

Foram favorecidas 28 entidades e pessoas físicas. Sendo as entidades: Biblioteca Comunitária de Itapeverica da Serra, o Cepam (Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal), a Cobrape (empresa de urbanização de favelas), a Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP, a biblioteca da FAU-USP, a Fundação Friedrich-Ebert-Stiftung, o Ministério do Meio Ambiente, a Prefeitura de Rio Claro, a Funarte, a Secretaria de Habitação de SP, A União por Movimentos de Moradia e a Universidade Federal de Tocantins.

Foram realizados 13 atendimentos a interessados nas publicações. O atendimento das pesquisas do público interno envolve Levantamento Bibliográfico na Base de Dados Pólis, localização dos documentos no acervo, Internet e busca de documentos em unidades de informação externas. Os documentos são disponibilizados para consulta local e/ou empréstimo.

Foram editadas as publicações: “Mapeamentos Socioculturais de Pontos de Cultura: Diversidade, Território e Cultura de Paz” (Autores: Hamilton Faria, Daniela Greeb e Celio Turino) e “O estado das cidades no Brasil – relatório de 2001 a 2009”, com coordenação do Instituto Pólis em parceria com o Ministério das Cidades.

- **Tecnologia da Informação**

A área de Tecnologia da Informação realiza as atividades de manutenção de todas as máquinas, do servidor e dos e-mails da equipe do Pólis.

Além disso, o funcionário de TI desenvolve as ferramentas da web, como sites, aplicações e peças de endomarketing.

Realiza a administração da rede (internet) e consultoria aos funcionários sobre tecnologias da informação.

Visando a melhoria nas tecnologias aplicadas e os meios de comunicação no Instituto Pólis, a área de TI pesquisou a implantação da tecnologia Google Apps. O Google Apps é um pacote de produtividade baseado na nuvem que permite a equipe conectar-se e trabalhar em qualquer lugar, em qualquer dispositivo.

É simples de configurar, usar e gerenciar, permitindo trabalhar com mais eficiência e focar no que realmente importa. Com essa ferramenta inovadora seria possível ter uma extranet, um chat, melhorar o sistema de e-mail, possibilitar video-conferências, a edição conjunta de documentos em tempo real, entre outros benefícios.

Após algumas reuniões ficou definido a apresentação de um orçamento e o plano de migração das contas de e-mail. Estes serão apresentados junto ao planejamento estratégico anual da área de comunicação.

- **Articulação e Planejamento Estratégico em 2013**

Constatamos que ainda necessitamos de uma política de comunicação que aproxime os profissionais de Comunicação do Instituto; geralmente somos procurados em virtude da realização de eventos ou da relevância de temas para a cidade, mas ainda necessitamos traçar mais pautas comuns, de interesse para a imprensa e para o Instituto.

Conforme veremos estas pautas estão em construção nas mídias alternativas que trabalham com novas tecnologias e nas redes digitais, no entanto, embora tenhamos presença constante na grande mídia, alguns temas são mais destacados, como os ligados à urbanismo e resíduos sólidos.

A aproximação da equipe de comunicação, a partir da formação de um núcleo sólido, poderá dar uma unidade ao trabalho de comunicação do Instituto, definir linhas de trabalho, políticas e ações de impacto público. Nas reuniões quinzenais que temos realizado, estamos planejando eventos sobre comunicação em ONGs, formas de ampliar a mobilização junto aos movimentos sociais e de estimular o debate sobre a democratização dos meios e o papel das novas tecnologias.

O núcleo hoje é formado pelos responsáveis pela comunicação institucional do Pólis, a coordenadora de comunicação do Litoral Sustentável, a coordenadora de comunicação do Pontão de Convivência e Cultura de Paz, a responsável pelo Centro de Documentação e Informação (CDI), a responsável pelo Cineclube, o técnico encarregado da manutenção dos equipamentos, o estagiário de apoio ao núcleo de comunicação e o diretor do Instituto responsável pela comunicação.

Anexo 1- Lista de Entidades Parceiras na Execução de Atividades

- **Nacionais**

Ação Educativa

Actionaid Brasil

Ágere

ARACATI

Articulação Nacional de Agroecologia

Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA)

Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte (APROMAC)

Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB)

Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP)

Bento Rubião - Centro de Defesa dos Direitos Humanos

CEDAPS

Central de Movimentos Populares (CMP)

Centro de Apoio a Iniciativas Comunitárias (CAICÓ)

Centro de Assessoria à Autogestão Popular (CAAP)

Centro de Direitos Econômicos e Sociais

Centro de Direitos Humanos Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (CENDHEC)

Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos

Cipó

Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM)

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)

Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo

Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Defensoria Pública do Estado de São Paulo – Núcleo de Habitação e Urbanismo

Escola de Gente

Escola de Governo

Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns - PUC-SP

FASE

Federação Interestadual dos Sindicatos de Engenharia (FISENGE)

Federação Nacional das Associações de Empregados da Caixa Econômica (FENAE)

Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA)

Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (FENEA)

Fórum da Amazônia Oriental (FAOR)

Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR)

Fórum Nordeste de Reforma Urbana (FNeRU)

Fórum Sul de Reforma Urbana

Fórum Urbano da Amazônia Ocidental (FAOC)

Fundação Banco do Brasil (FBB)

Frente de Luta de Moradia (FLM)

Fundação Escola de Sociologia e Política (FESP)

Greenpeace Brasil

Grupo de Análise de Políticas de Inovação da Unicamp (Gapi/Unicamp)

Grupo de Articulação de Moradia do Idoso da Capital (GARMIC)

Grupo de Articulação de Moradia para os Idosos da Capital (GARMIC)
GT Urbano
Habitat para a Humanidade
IBASE
Instituto Aliança
Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM)
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE)
Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico
Instituto de Políticas Urbanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-RJ)
IPEJOTA
ISER
Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LabHab FAU-USP)
Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (LabCidade FAU-USP)
Marcha Mundial de Mulheres
Movimento Apropriação da Luz
Movimento Contra Corrupção Eleitoral (MCCE)
Movimento de Moradia da Cidade (MMC)
Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC)
Movimento de Mulheres Camponesas
Movimento Moradia para Todos (MMPT)
Movimento Nacional da População em Situação de Rua
Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN)
Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis Brasil
Movimento Sem Teto do Centro (MSTC)
Núcleo de Direito à Cidade do Departamento Jurídico XI de Agosto da faculdade de Direito da USP
Organização de Desenvolvimento Sustentável e Comunitário (ODESC)
Ouvidoria da Defensoria Pública
Pastoral da Moradia Região Episcopal do Ipiranga
Pastoral Fé e Política
Procuradoria do Estado de São Paulo
Programa Eco & Ação
Rede Brasileira de Justiça Ambiental - Brasil
Rede Jubileu Sul
Rede Nossa São Paulo
Rede Observatório das Metrôpoles
Rede Rua
SERTA
Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da USP
Terra de Direitos
União dos Movimentos de Moradia (UMMSP)
União Nacional por Moradia Popular (UNMP)
Unificação das Lutas de Cortiços (ULC)
Universidade de Minas Gerais (UFMG)
Universidade de São Paulo (USP)
Universidade Federal de Natal (UFRN)
Universidade Federal do Ceará (UFC)
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Via Campesina

- **Internacionais - parceiros em redes**

Development Network of Indigenous Voluntary Associations (DENIVA) - Uganda
Isandla - África do Sul
Institute for Popular Democracy-IPD - Filipinas
Society for Participatory Research in Asia (PRIA) - Índia
Participation Center - China
Centro de Servicios Municipales Heriberto Jara (CESEM) - México
Deliberative Democracy Consortium (DDC) - USA
Institute of Development Studies (IDS) - Reino Unido
Coalición Ciudadana Anti Incineración - Argentina
Centro de Protección a la Naturaleza - Argentina
Comisión Permanente de Protección A Nuestro Medio Ambiente Zárate - Argentina
Fundación para la defensa del ambiente (FUNAM) - Argentina
Taller Ecologista - Argentina
Asociación Vecinal Moronense (AVM) - Argentina
Jorge Horacio Rabey - Argentina
Centro Ecologista RENACER - Argentina
Asociación Argentina de Médicos por el Medio Ambiente (AAMMA) - Argentina
BIOS ARGENTINA - Argentina
Greenpeace Argentina - Argentina
Basura Cero Bahía Blanca - Argentina
Taller de Comunicación Ambiental - Argentina
Eco Sitio - Argentina
Centro de Estudios e Investigación en Impactos Socio Ambientales (CEIISA) - Bolivia
Sociedad de Gestión Ambiental Boliviana (SGAB) - Bolivia
Alianza por una Mejor Calidad de Vida - Chile
Acción Ecológica de Chile - Chile
Asociación de Recicladores de Bogotá - Colômbia
Acción Ecológica - Ecuador
CESTA FoE - El Salvador
Unidad Ecológica Salvadoreña (UNES) - El Salvador
Erwin Garzona Estrada - Guatemala
Asociación para la promoción y el desarrollo de la comunidad - CEIBA - Guatemala
Trópico Verde - Guatemala
COHPEDA - Haiti
Comité para la Defensa y Desarrollo de la Flora y Fauna del Golfo de Fonseca (CODDEFFAGOLF) - Honduras
Asociación Ecológica Santo Tomás A.C. - México
Centro de Análisis y Acción sobre Tóxicos y sus Alternativas (CAATA) - México
Consultoría Técnica Comunitaria A.C. - México
Greenpeace México - México
Laneta - México
DASSUR, Centro de Derecho Ambiental e Integración Económica del Sur - México
Alianza Internacional Ecologista del Bravo - México
Comité Pro Defensa de los Derechos Ciudadanos de Tecamac - México
Dedicación al Medio Ambiente y Mejoramiento Ecológico, A.C. (D.A.M.E, A.C.) - México
Red Fronteriza de Salud y Ambiente - México
Acción Ecológica de Morelos - México
Desarrollo Integral Autogestionario A.C. - México
Fronteras comunes - México

Comité Ecológico Atotonilli - México
Greenpeace Grupo Local Guanajuato - México
Marea Creciente - México
Frente ciudadano en defensa de las áreas naturales de Tlalpan - México
Yadira SantaMaría Casasola - México
Greenpeace Grupo Local Aguascalientes - México
Amigos de la biodiversidad A.C. - México
Movimiento ciudadano pro salud Apaxco-Atotonilco - México
Otros Mundos AC – Amigos de la Tierra México - México
Asociación Comunidad Ambientalista (CAMBIE) - Nicaragua
Club de Jóvenes Ambientalistas - Nicaragua
Portal de la ciudad de Limpio - Paraguay
Coordinadora Ciudadana por la defensa del ambiente en Ita e Itauguá - Paraguay
Ciudad Saludable - Perú
CEDDA Ciudadanos en Defensa del Ambiente – Porto Rico
Misión Industrial/ AMANESER – Porto Rico
Acción Ponceña Comunitaria por un Ambiente Sano – Porto Rico
Comité de Salud Publica y Ambiental del Colegio de Médicos y Cirujanos de Puerto Rico – Porto Rico
Sierra Club de Puerto Rico – Porto Rico
Redes FoE - Uruguay
Fundación Agua Clara - Venezuela
ISTAS-CC.OO - Espanha
Plataforma contra la incineradora de Valdemingomez - Espanha
Greenpeace España - Espanha
Foro contra la Incineración Tenerife - Espanha
Red ciudadana de alerta contra la incineración - Espanha
Plataforma Antiincineradora de la Vall del Ges - Espanha
Plataforma Antiincineradora de GREFACSA - Espanha
Ecologistas en Acción - Espanha
Conceyu Asturiano contra la incineración - Espanha
Grupo Ecologista Sagarrak Taldea - Espanha
Plataforma Toledo Aire Limpio - Espanha
CEPA-Ecologistes de Catalunya - Espanha
GOB (Grup Balear d'Ornitologia i Defensa de la Natura) - Espanha



InstitutoPólis

Relatório de Atividades - Instituto Pólis

2º semestre de 2013

Este relatório semestral apresenta o andamento das principais atividades desenvolvidas no segundo semestre do primeiro ano do atual Plano Trienal (2013-2015). O esforço de levantamento de informações realizado para elaborar este documento nos permitiu avaliar o andamento de nossas ações e corrigir caminhos. Também foi uma forma de aprimorarmos a metodologia desenvolvida pelo Instituto Pólis para mensurar os resultados e avançar no desafio de construir indicadores de resultado e de processo, o que se faz particularmente complexo pela natureza do trabalho de *advocacy*, produção de conhecimento e assessoria que o Pólis desenvolve.

O documento está estruturado a partir dos dois amplos objetivos definidos no Plano Trienal. Em cada um deles primeiramente apresentamos os indicadores e uma avaliação do cumprimento das metas acordadas. Em seguida, é feita uma descrição narrativa das atividades realizadas em cada projeto ou grupo de atividades que contribuem para o cumprimento do objetivo.

OBJETIVO 1

A incidência política e o controle social sobre as políticas públicas para a cidade são fortalecidos a partir da elaboração de conhecimentos e propostas assim como da sensibilização e mobilização de redes e atores, contribuindo para uma maior transparência, inclusão social e garantia de direitos.

INDICADORES E METAS

- Meta 1 - *13 propostas são incorporadas nas pautas dos fóruns, redes e conselhos.*

Ao longo deste semestre demos continuidade a nossa atuação em diversos espaços de articulação e *advocacy*. Atualmente o Pólis está envolvido nos seguintes fóruns, redes e conselhos:

- Internacionais: Articulação Internacional pelo Direito à Cidade, Rede Logolink, Rede Gaia, Assembleia Mundial dos Habitantes.

- Nacionais: Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE, Conselho das Cidades, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - FBSSAN, Conselho de Defesa do Direito da Pessoa Humana, Fórum Nacional de Reforma Urbana – FNRU, Comitê Popular da Copa do Mundo, Rede do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, Rede de Pontos de Cultura, Rede Cultura Viva Comunitária, Redes de Cultura de Paz, Plataforma dos Movimentos Sociais da Reforma Política, Plataforma DHESCA.

- Estaduais: Conselho Estadual de SAN do Estado de São Paulo - CONSEA Estadual e Articulação Paulista de SAN.

- Municipais/Locais: Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMUSAN-SP, Rede Nossa São Paulo e Fórum de Cultura de Paz.

No âmbito destes espaços de articulação e *advocacy*, pautamos nossa agenda política de defesa da cidadania e do direito à cidade. Neste primeiro semestre destacamos três propostas defendidas pelo Pólis que foram aprovadas em espaços institucionais de participação e que foram efetivamente incorporadas, ou seja, estão sendo implantadas. Elas são:

- Proposta aprovada pelo Conselho das Cidades e implementada pela Portaria de nº 317, de 18 de julho de 2013 do Ministério das Cidades, com procedimentos de respeito aos direitos humanos em casos de conflitos fundiários, com remoções forçadas em projetos financiados pelo governo federal. A portaria dispõe sobre “medidas e procedimentos a serem adotados nos casos de deslocamentos involuntários de famílias de seu local de moradia ou de exercício de suas atividades econômicas, provocados pela execução de programa e ações, sob gestão do Ministério das Cidades, inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – aprovada pelo Conselho Nacional das Cidades e incorporada pelo Ministério das Cidades.

- Proposta de criação de quatro Centros de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional e implantação de 32 polos de Educação Ambiental para capacitar 120.000 cidadãos – aprovada e incorporada no processo de elaboração do Plano de Metas do atual governo municipal de São Paulo.

- Proposta de composição e funcionamento dos novos Conselhos Participativos da Cidade de São Paulo – elaborada no âmbito da Rede Nossa São Paulo e incorporada pela Prefeitura Municipal de São Paulo.

Assim, podemos desde já indicar que essas três propostas, em que o Pólis esteve diretamente envolvido, foram efetivamente incorporadas nas pautas dos fóruns, redes e conselhos e estão

sendo implementadas. Mas cabe também destacar algumas outras propostas e agenda em que estamos diretamente envolvidos:

- No Conselho das Cidades, o Pólís defendeu a aprovação de uma resolução para garantia dos direitos da comunidade do Horto Florestal – proposta aprovada, mas ainda não incorporada.

- Na Câmara dos Deputados, o Pólís defendeu a incorporação no projeto de lei de Reforma do Código de Processo Civil de mecanismos de verificação de cumprimento da função social da propriedade antes de reintegrações de posse e também a realização de audiências de mediação em caso de ações fundiárias coletivas para tentativa de solução pacífica dos conflitos – proposta reprovada.

- No Relatório sobre Moradia Adequada do Conselho dos Direitos da Pessoa Humana constou-se um conjunto de recomendações de caráter preventivo e de responsabilização referente às violações de direitos humanos relacionadas as obras e projetos do megaevento da Copa do Mundo de Futebol.

- Na 5ª Conferência Nacional das Cidades, o Pólís defendeu a Implementação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU) – proposta reprovada.

- Na 5ª Conferência Nacional das Cidades, o FNRU defendeu a fortalecimento do poder deliberativo do Conselho Nacional das Cidades – proposta aprovada, mas ainda não incorporada.

- Na 5ª Conferência Nacional das Cidades, o FNRU defendeu a unificação dos fundos de políticas públicas urbanas – proposta reprovada.

- No COMUSAN e junto à prefeitura, o Pólís tem defendido a ampliação da agricultura periurbana e urbana no município e incentivos para a conversão agroecológica dos agricultores nas áreas de mananciais e o Protocolo de Boas Práticas/Água Limpa – proposta em discussão.

- Na revisão do Plano Diretor de São Paulo, o Pólís tem defendido a Demarcação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e autoaplicabilidade da Cota de Solidariedade de forma a garantir no mínimo 30% do potencial construtivo previsto para os Eixos de Estruturação da Transformação Urbana para Habitação de Interesse Social (HIS) – proposta em discussão.

- Na revisão do Plano Diretor de São Paulo, o Pólís tem defendido a garantia do reassentamento das populações atingidas pelas intervenções de transporte público dentro do perímetro dos Eixos – proposta em discussão.

- Na revisão do Plano Diretor de São Paulo, o Pólis tem defendido a garantia do espaço de participação nos processos decisórios, inclusive na definição das pautas, particularmente no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – proposta em discussão.

- No Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, o Pólis tem defendido a Previsão da exigibilidade de Estudo de Impacto Social em obras de infraestrutura, projetos de regularização fundiária e urbanística, e outras intervenções que provoquem deslocamento de moradores, alteração do perfil de bairros e outros impactos significativos – proposta em discussão.

- Resolução apresentada na Conferência Nacional das Cidades para ser editada uma lei especial sobre os conflitos fundiários urbanos e da posse social e de ser conferido um prazo de 6 meses para a formulação dessa proposta pelo Ministério das Cidades – proposta em discussão.

- *Meta 2 - 10.000 pessoas, participantes das atividades e eventos de articulação e formação, coordenados ou co-promovidos pelo Pólis, são qualificadas para atuar em processos de incidência e controle social das políticas públicas em nível local.*

Conforme metodologia de monitoramento desenvolvida pelo Instituto Pólis, a partir do levantamento de todas as atividades fim promovidas pela instituição e desenvolvidas ao longo deste semestre, foram beneficiadas diretamente 2.064 pessoas. Considerando este valor e aquele atingido no primeiro semestre de 2013, podemos afirmar que ao longo deste ano foram beneficiadas 4.774 pessoas de acordo com a formulação dada a este indicador.

ATIVIDADES REALIZADAS

Neste tópico encontra-se uma descrição narrativa dos projetos e grupos de atividades desenvolvidos neste semestre. No entanto, antes de tratarmos de cada um deles é interessante complementar o olhar agregado oferecido pelos indicadores tratados acima a partir da estimativa que elaboramos do número total de beneficiários das atividades desenvolvidas. Cabe dizer que definirmos diferentes categorias de beneficiários, afinal, a diversidade de formas de atuação do Pólis gera formas muito diferentes de impacto direto sobre as pessoas e comunidades. Assim, criamos cinco diferentes categorias de modo a medir separadamente a forma como o Pólis beneficia seus públicos. A lista abaixo apresenta essas categorias, seu conceito e a estimativa de beneficiários neste segundo semestre de 2013.

| Categoria | Beneficiários |
|--|----------------------|
| 1 - Número de pessoas que participaram de atividades organizadas pelo | 2.086 |

| Pólis. | |
|---|----------------|
| 2 - Número de pessoas que participaram de eventos em que o Pólis esteve diretamente envolvido – co-organizados ou em que o Pólis contribuiu diretamente, mas que não foram iniciativas do Pólis. | 7.495 |
| 3 - Número de representantes em espaços de articulação em que o Pólis está envolvido – participantes dos conselhos e fóruns em que o Pólis atua. | 511 |
| 4 - Residentes em áreas com uma atuação direta do Pólis com movimentos sociais e redes locais. | 15.200 |
| 5 - Pessoas que tiveram acesso aos materiais produzidos pelo Pólis por meio da distribuição de publicações, materiais impressos, downloads no site e boletins eletrônicos. | 78.427 |
| Total | 103.719 |

Por meio da separação de beneficiários em categorias, é possível avaliarmos de forma heterogênea os impactos gerados pelas ações do Pólis. Avaliamos que o download de um estudo no site do Pólis é relevante, mas é muito diferente de uma capacitação oferecida para elaboração de planos diretores ou de uma assessoria técnica prestada para gestores públicos na implantação de um biodigestor.

A seguir um olhar qualitativo para as atividades desenvolvidas permitem concretizar os valores mencionados acima.

- **Participação no Conselho Nacional de Juventude**

O Pólis, agora na condição de conselheiro suplente do Conselho Nacional de Juventude, – ocupando a cadeira de Entidade de Apoio em Pesquisa – segue participando da Comissão de Acompanhamento de Políticas e Programas (CAPP) do Conselho, contribuindo ativamente nas discussões que envolvem a construção de uma matriz de monitoramento das políticas públicas de juventude, principal foco de atenção dessa comissão. Para além da participação nessa instância, o Pólis permanece na coordenação do GT Juventude Negra do CONJUVE, atuando firmemente para o avanço da publicização e o adensamento do debate em torno do genocídio da juventude negra no país. Neste âmbito, o Pólis assumiu a titularidade da representação do conselho no Comitê Gestor do Plano Juventude Viva do Governo Federal, participou em diversos espaços, fortalecendo a pauta dos direitos da juventude negra.

Destacamos a participação do conselho na Conferência Regional dos Determinantes Sociais da Saúde no Nordeste brasileiro aonde foi possível, em articulação com os membros do conselho e gestores federais, aprovar a inserção da seguinte recomendação na Carta do Recife: “Que

devido às altas taxas de mortalidade por homicídio da juventude negra no Brasil e de forma alarmante no Nordeste, urge a implementação de políticas públicas integradas de enfrentamento deste grave problema de saúde pública” (Carta do Recife, 2013, disponível em: <http://goo.gl/Oe1v8p>). Ainda neste semestre, o Pólís, entre outras organizações, iniciou a construção de uma rede com vistas a criar uma campanha nacional de comunicação sobre o genocídio da juventude negra.

Quanto às perspectivas para o próximo período, uma das prioridades é concluir a proposta de Matriz de Monitoramento das Políticas Públicas de Juventude e sua devida publicização junto à Rede de Conselhos de Juventude e demais atores envolvidos na temática. Esta ação da CAPP esteve suspensa por conta da quebra de contrato do prestador de serviços da Secretaria Nacional de Juventude na área de eventos. Esse fato impossibilitou a realização das reuniões de trabalho da comissão e de outros eventos previstos no planejamento do Conselho. É fundamental mobilizar esforços para a conclusão dessa Matriz, um instrumental que possibilitará o adensamento e a consolidação do controle social das políticas públicas de juventude pelos conselhos existentes nos três âmbitos da federação e pelos demais atores que se articulam na defesa dos direitos dos/as jovens brasileiros/as.

A participação do Pólís no CONJUVE amplia o horizonte da nossa atuação no campo das políticas públicas de juventude, ao mesmo tempo em que aporta um rico aprendizado dada a diversidade dos atores que interagem nesse processo, conforme apontado em item abaixo.

No decorrer de 2013, Pólís realizou uma consultoria para a Secretaria Nacional de Juventude, contribuindo para o desenho de uma pesquisa, de âmbito nacional, voltada a levantar o perfil e as condições de vida dos/as jovens brasileiros/as, as suas percepções a respeito de um elenco de questões, tais como as políticas públicas para juventude, preocupações em relação à sua vida pessoal e do país etc. A pesquisa Agenda Juventude Brasil 2013 ouviu 3.300 jovens de faixa etária entre 15 e 29 anos, distribuídos em 187 municípios estratificados por localização geográfica (áreas rurais e urbanas/capital e interior) e porte populacional, contemplando as 27 unidades da federação.

O Pólís foi consultor nas áreas temáticas participação e ativismo político, lazer e novas sociabilidades. Nesse processo, foi responsável pela elaboração das questões incluídas no questionário e pela análise dos resultados referentes a tais blocos temáticos. Participou do evento de lançamento dos resultados gerais da pesquisa, comentando alguns dados referentes à percepção dos/as jovens sobre a política que expressam o potencial de participação existente entre o segmento juvenil.

Esse evento, realizado em Brasília, foi transmitido online para todo o Brasil, no âmbito do Participatório - Observatório Participativo da Juventude - ambiente virtual interativo, criado por iniciativa da Secretaria Nacional de Juventude, voltado, entre outros, a promover espaços e discussões com foco nos temas ligados às políticas de juventude.

- **Intervenção no debate público sobre a temática da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional em espaços de participação**

Esse grupo de atividades envolve as ações do Pólis junto às articulações de segurança alimentar e nutricional formadas no campo da sociedade civil e também em instâncias de participação nas diferentes esferas de governo. Efetivamente consiste na participação no Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), no Conselho Nacional de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA Nacional), no Conselho Estadual de SAN do Estado de São Paulo (CONSEA Estadual), no Conselho Municipal de Segurança Alimentar (COMUSAN) e a atuação junto à Plataforma de Apoio à Agricultura Orgânica na Cidade de São Paulo.

Em relação ao CONSEA Nacional, no segundo semestre de 2013, foram realizadas três plenárias - nos dias 6 e 7 de agosto, 1 e 2 de outubro e 4 e 5 de dezembro - que trataram respectivamente dos temas da Questão Indígena relacionada à SAN; do Consumo Alimentar Adequado, Saudável e Sustentável; e da Cooperação Internacional no campo da segurança alimentar e nutricional. Na primeira plenária foram tratadas questões referentes aos direitos territoriais, às ações do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, à situação dos Kaiowás Guaranis e o Projeto Nova Cartografia Social na Amazônia. Na ocasião foi aprovada a Exposição de Motivos que contempla propostas relativas aos direitos territoriais e patrimoniais de povos indígenas e de quilombolas na ótica do etnodesenvolvimento.

Na segunda plenária abordou-se a falta de regulação da publicidade de alimentos, incluindo a apresentação do vídeo “Criança, a alma do negócio”, que mostra como as crianças são alvos fáceis da publicidade no Brasil. As discussões em plenária apontaram a necessidade de se aperfeiçoar as ações de caráter regulatório da publicidade de alimentos e de aprimoramento e fiscalização da rotulagem nutricional de forma a tornar a informação mais clara ao consumidor e evitar informações distorcidas e enganosas. O debate apontou que, para além da ação política individual, o consumo é uma prática social e os ambientes alimentares devem evoluir no sentido de favorecer o acesso à alimentação saudável.

A pesquisa desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) sobre rotulagem de alimentos revelou que as empresas apresentam com maior clareza apenas as

informações que lhes são favoráveis (como, por exemplo, vitaminas e fibras, diet e light), com linguagem atraente aos consumidores, inclusive crianças (como a promoção de saúde, felicidade e bem-estar, presença de personagens infantis).

A última plenária, realizada em dezembro, teve como foco a cooperação internacional no campo da segurança alimentar e nutricional. A plenária elaborou uma recomendação ao Ministério da Saúde e à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), com o objetivo de garantir a participação da sociedade civil na 2ª Conferência Internacional de Nutrição, que será realizada em novembro de 2014. Também foi encaminhada uma Exposição de Motivos sobre a Cooperação Internacional contendo propostas de consolidar a institucionalidade destas ações promover maior transparência da cooperação brasileira e assegurar efetiva participação social nas ações de cooperação (desenho, implementação e monitoramento).

O Pólis também contribuiu na organização do seminário promovido pela Secretaria Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde: “O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nos municípios”, que ocorreu nos dias 20 e 21 de Novembro de 2013, em Brasília, cujo objetivo foi discutir a adesão dos grandes municípios ao SISAN e, sob a ótica da alimentação adequada e saudável, debater ações estratégicas de segurança alimentar e nutricional. Na ocasião a representante do Pólis no seminário problematizou a suspensão no ano de 2014 dos editais para implantação de equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

Ainda no âmbito do CONSEA, o Pólis deu sequência à coordenação do Grupo de Trabalho de Agricultura Urbana e Periurbana (GTAUP), que no segundo semestre realizou três reuniões, em datas que antecederam as plenárias. Dado o término do apoio às ações de agricultura urbana, anunciado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, o Pólis na condução do GTAUP solicitou uma avaliação dos projetos apoiados. Em seguida, encaminhou por meio da secretaria do CONSEA, a solicitação de ações de agricultura urbana realizada por outros ministérios, a exemplo da saúde, meio ambiente, ciência e tecnologia e cidades. O que se coloca como questão no momento é qual o lugar institucional do tema da agricultura urbana no âmbito do governo federal.

No segundo semestre de 2013, pela Resolução SAA- 140 de 10 de outubro de 2013, o Pólis foi indicado para participar do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de São Paulo (CONSEA Estadual), após um intenso processo de mobilização da sociedade civil para a reativação deste conselho, junto com entidades parceiras. Também demos sequência a

nossa participação no COMUSAN e uma importante conquista foi a criação do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), por meio da Lei 15.920/ 2013, sancionada pelo Prefeito Fernando Haddad. O Sistema atribui ao município a necessidade de adotar ações que permitam respeitar, proteger, promover e prover o direito humano à alimentação adequada a toda população e tem o objetivo de organizar as ações públicas em Segurança Alimentar e Nutricional e articular o poder público e a sociedade civil para a gestão de políticas públicas voltadas à alimentação e, também, lança princípios e diretrizes para o trabalho integrado entre os entes federados, sociedade civil e instituições privadas (com ou sem fins lucrativos).

Importa destacar também a aprovação, em nível municipal, da criação de quatro Centros de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CRSANS) no Plano de Metas da Prefeitura de São Paulo, determinada, em grande parte, pela pressão das entidades da sociedade civil no processo de consultas públicas.

A Plataforma de Apoio à Agricultura Orgânica na Cidade de São Paulo, criada em setembro de 2012, conta atualmente com 25 entidades e movimentos da sociedade civil e vem ganhando cada vez repercussão. Ela recebeu o apoio de 9 vereadores - Alfredinho (PT), Andrea Matarazzo (PSDB), Aurélio Nomura (PSDB), Gilberto Natalini (PV), Goulart (PSD), Mario Covas Neto (PSDB), Nabil Bonduki (PT), Ricardo Young (PPS), Toninho Vespolti (PSOL) – e em novembro encaminhou um pedido de audiência com o prefeito para tratar da importância da produção agrícola orgânica do Município de São Paulo, a partir das propostas pautadas no Plano de Metas e no Plano Diretor. Além da proposta de criação de quatro Centros de Referência de SAN, a mobilização realizada pelas organizações integrantes da Plataforma resultou na inserção das seguintes reivindicações no Plano de Metas do governo municipal:

- Implantação de 32 polos de Educação Ambiental para capacitar 120.000 cidadãos;
- Promover a compostagem dos resíduos sólidos orgânicos provenientes das 900 feiras livres do município e dos serviços de podas.

Na revisão do Plano Diretor Municipal a Plataforma também contribuiu para a incorporação de propostas para estímulo à agricultura urbana e à produção de alimentos na cidade. Resta ainda uma extensa lista de pautas que serão tratadas na futura audiência com o prefeito, como por exemplo:

- Situação das feiras orgânicas no município de SP.

- Desafio da aquisição de alimentos da Agricultura Familiar para merenda escolar.
- Ausência de apoio técnico e administrativo para os agricultores do município de SP.
- Ampliação da agricultura periurbana e urbana no município (estudo das áreas passíveis de concessão para agricultura urbana em todas as subprefeituras, criação de um sistema que integre as áreas e os interessados em ser agricultores urbanos e possibilidades de incentivo a novos agricultores na zona sul).
- Incentivos para a conversão agroecológica dos agricultores nas áreas de mananciais e o Protocolo de Boas Práticas/Água Limpa.

Ainda no tema da agricultura urbana, o Pólis participou do Seminário “Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional: reflexões a partir das práticas de agricultura urbana” que aconteceu no dia 7 de novembro e foi organizado pela Faculdade de Saúde Pública da USP. Participamos também do Concurso Gestão Eficiente da Merenda Escolar promovida pela Ong Ação Fome Zero, em parceria com o Programa de Alimentação Escolar.

Em 15 e 16 de agosto a nova coordenação do FBSSAN, que conta com a participação do Pólis, realizou sua primeira reunião da gestão 2013/2016 no Rio de Janeiro, em que foram debatidos os seguintes tópicos:

- Balanço político sobre o VII Encontro Nacional do FBSSAN;
- Prioridades políticas para o próximo período com base nas deliberações do VII Encontro;
- Propostas de funcionamento do FBSSAN aprovada no Encontro: a) secretaria executiva; b) coordenação; c) comissões temáticas.

Avaliado positivamente, inclusive pela presença significativa de movimentos dos vários campos da segurança alimentar e nutricional, o VII Encontro definiu como temas prioritários de nossa agenda de mobilização a agricultura urbana, as normas sanitárias para a agricultura familiar e a biofortificação de sementes.

Em termos de perspectivas futuras, daremos sequência à organização de debates, troca de experiência e elaboração de propostas no âmbito do FBSSAN, com ênfase naquelas referentes ao meio urbano, em específico, à agricultura urbana e aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição (restaurante popular; cozinhas comunitárias; banco de alimentos). Como estratégia de atuação coletiva, importa fortalecer a capacidade de incidir as propostas do FBSSAN no CONSEA Nacional, assumindo posições de liderança no conselho. No cenário de

2014 está prevista a realização da Conferência +2, em março, onde coordenaremos a oficina de Agricultura Urbana junto com as demais organizações que participam do GT do CONSEA.

Já em São Paulo esperamos aprofundar os canais de diálogo com o governo municipal para viabilizar a implantação dos quatro Centros de Referência na cidade da melhor forma possível. Paralelamente, enquanto membro do Conselho Municipal de SAN, acompanharemos os desdobramentos para a implantação do Sistema Municipal de SAN.

- **Participação no GT Democracia Participativa da Rede Nossa São Paulo**

O Pólis participa ativamente do Grupo de Trabalho Democracia Participativa da Rede Nossa São Paulo (GT-DP), que costuma se reunir na Arquidiocese de São Paulo. A maior conquista do GT-DP neste período decorre dos desdobramentos da aprovação, em maio de 2013, da criação dos Conselhos Participativos nas 32 Subprefeituras de São Paulo, como substitutos provisórios dos Conselhos de Representantes. Os Conselhos Participativos foram criados através de dois artigos inseridos num Projeto de Lei de iniciativa do executivo municipal voltado para a estruturação da Secretaria de Relações Governamentais, ao qual estes Conselhos ficaram vinculados.

As atribuições dos Conselhos Participativos são exatamente as mesmas previstas para os Conselhos de Representantes, que estão previstos na Lei Orgânica Municipal (LOM) de 1990, e os “subsistirão até que os Conselhos de Representantes de que tratam os artigos 54 e 55 da Lei Orgânica possam validamente existir e estarem em funcionamento”. Isto significa que tanto o governo municipal quanto a sociedade, capitaneada pela Rede Nossa São Paulo, ainda esperam que a proibição de instalação dos Conselhos de Representantes decidida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) em 2005 possa ser derrubada por uma ação que tramita há anos, lentamente, no Superior Tribunal Federal. Espera-se que o funcionamento regular destes “conselhos substitutos” se constitua num elemento adicional que estimule uma mudança da situação no STF.

No segundo semestre, o executivo municipal regulamentou por decreto a eleição dos Conselheiros, tendo acatado boa parte das propostas do GT-DP sobre a composição e o funcionamento desses novos órgãos que terão entre 19 e 51 conselheiros. Sem dúvida o Pólis contribuiu de forma substantiva para o Decreto e para a formulação das diretrizes gerais que irão pautar a forma de funcionamentos do Conselhos. Em agosto de 2013 foram constituídas as Comissões Eleitorais que encaminharam as eleições junto a todas as Subprefeituras e em dezembro ocorreram as eleições, com a participação de cerca de 120 mil eleitores.

A posse dos mais de 1.100 conselheiros ocorreu no dia 25 de janeiro de 2014, aniversário de São Paulo. A primeira tarefa destes conselhos será a definição de um Regimento comum, que será orientada por uma proposta elaborada pelo governo, também contando com sugestões do GT-DP e do Instituto Pólis.

Citamos a frase inicial de uma reportagem da revista Época de 25/11/13, com o título Os nano-prefeitos: “Embora não seja a mais óbvia, a mais expressiva resposta política para os milhões de paulistanos que ocuparam as ruas em protestos neste ano vai ganhar forma no próximo dia 8 de dezembro. Nessa data, a população elegerá os 1.125 integrantes do Conselho Participativo Municipal, uma nova estrutura de governança pública pensada para fiscalizar a gestão de São Paulo, apontar as prioridades locais e controlar o orçamento de cada bairro. Pode parecer só mais uma camada entre as várias que se sobrepõem na administração da cidade. Mas, ao menos em tese, o conselho permitirá a pequenos núcleos de poder influenciar as tomadas de decisão. A prefeitura está dando um passo importante para o adensamento da democracia na cidade”.

Concordamos com o enfoque adotado pela reportagem, para o qual também contribuímos com horas de entrevistas: as manifestações de junho-julho ajudaram a acelerar a decisão de criação dos Conselhos nas Subprefeituras dentro do governo, que sabidamente tem uma postura tímida e cautelosa em relação à descentralização da gestão com o fortalecimento das Subprefeituras, e redefinição das funções executivas das secretarias setoriais (educação, saúde, assistência social, etc) – o que significa também um receio de incrementar a gestão participativa. Mais grave é a constatação de que uma expectativa do governo de realizar grandes investimentos, contando com recursos federais, dificilmente acontecerá, inclusive pela falta de recursos próprios exigidos como contrapartida.

Uma alternativa que poderia ter impacto, representada por uma mudança substantiva na forma de administrar o cotidiano, com incremento da tão necessária intersectorialidade, seria pela aposta decisiva na força da gestão territorializada – isto é, via o fortalecimento do papel articulador das subprefeituras. Mas, pela indicação recente de um Secretário de Coordenação das Subprefeituras de um vereador da “base aliada”, pode-se antever que este caminho está descartado, pelo menos no curto prazo. O orçamento aprovado para 2014 também mantém as subprefeituras com poucos recursos. Assim, existe um risco real de os Conselhos Participativos acabarem tendo um papel secundário e esvaziado, o que poderá comprometer a sua própria estruturação inicial.

A única opção possível para estes Conselhos ainda embrionários está dependendo deles mesmos, de sua capacidade de ganharem uma boa dinâmica, dialogando entre si e com os demais conselhos setoriais e temáticos, e pressionando por incrementos na gestão descentralizada. A nossa contribuição junto com o GT-DP e a Rede Nossa São Paulo para o próximo período será centrada no processo de capacitação, para o qual estamos dialogando com a Secretaria de Relações Governamentais.

- **Atuação junto à Rede Gaia**

Como fruto de um processo que se iniciou com a ida do Instituto Pólís para um evento promovido pela Rede GAIA, em Bellagio (Itália), no segundo semestre de 2013 foi realizado um intercâmbio para conhecimento de experiências bem sucedidas em que o Pólís foi convidado para visitar a Programa Resíduo Zero Domiciliar, desenvolvido pelo Departamento de Meio Ambiente da Prefeitura de São Francisco (Califórnia, Estados Unidos), e para apresentar para sua equipe (30 pessoas) os resultados alcançados pelo projeto Litoral Sustentável. O Pólís também apresentou um panorama da questão dos resíduos sólidos no Brasil e a atuação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis para uma delegação chinesa (15 pessoas) que também realizou uma visita técnica à experiência de São Francisco - esta atividade foi desenvolvida pelo Departamento de Meio Ambiente da Prefeitura de São Francisco em parceria com a Rede GAIA.

Neste contexto, também se oportunizaram visitas de campo aos seguintes locais: Recology Center, em São Francisco, ecoparque para tratamento de RSU, Clean World Partners, sistema de biodigestão de resíduos pós-industriais, situado no condado de Sacramento, Califórnia, e ao Napa Recycling & Composting Facility, sistema de tratamento dos resíduos sólidos do condado de Napa, Califórnia. Estas visitas ampliaram a visão do Pólís sobre rotas tecnológicas de tratamento de resíduos sólidos alternativas à incineração e viáveis do ponto de vista técnico, econômico, social e ambiental. Esse resultado aporta subsídios para a intervenção do Pólís no município de Itanhaém que se iniciará em 2014 e também no Litoral Norte, ambos situados no Estado de São Paulo. Ainda no contexto da atuação na rede GAIA, o Instituto articulou divulgação junto à mídia no Dia de Ação Global contra a Incineração de Lixo.

- **Organização e participação em eventos e espaços de debate para defesa da adoção de sistemas de compostagem e biodigestão.**

Neste semestre demos continuidade ao antigo trabalho que o Pólís realiza de *advocacy* em favor da adoção de sistemas de biodigestão dos resíduos orgânicos, e obtivemos relevantes frutos do trabalho de divulgação das tecnologias disponíveis e dos benefícios ambientais

gerados por este modelo de gestão. Após dois anos de contato e diálogos intensos com a Prefeitura de Ubatuba no marco do Projeto Litoral Sustentável, foi acordado com este órgão municipal um projeto cujo objetivo é a construção de estratégias para que este município implante um sistema de biodigestão. Trabalha-se com a possibilidade inclusive de ser um sistema que permita uso coletivo do equipamento - pelos outros três municípios do Litoral Norte. O acordo foi estabelecido por meio da visita do Secretário de Meio Ambiente, Juan Branco, ao Pólis, em que expressou o interesse em estabelecer uma parceria com a área de RSU, e desde então o Pólis tem estabelecido contatos para viabilizar este projeto, como por exemplo, junto ao BNDES.

Outra sinalização de interesse pelo tema veio da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), cujos técnicos visitaram a sede do Instituto e propuseram a organização de evento conjunto sobre compostagem a ser realizado no início de 2014. O objetivo é começar um trabalho junto à população e aos gestores públicos para difundir a viabilidade e a necessidade de separação dos resíduos em três categorias, para assim viabilizar o aproveitamento integral da fração orgânica dos resíduos – e conseqüentemente da seca – , de forma a dar destinação ambientalmente sustentável e saudável.

A partir do contato constante com o Movimento nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, o Instituto Pólis foi convidado pelo Comitê de Catadores da Cidade São Paulo para debater junto com a PMSP as propostas do poder público quanto ao tratamento dos resíduos secos domiciliares e suas respectivas estratégias quanto à integração dos catadores já organizados em associações e cooperativas e catadores avulsos (que atuam individualmente nas ruas). Neste debate, foi possível recolocar as lições apreendidas pelos atores (Pólis atuou como animador do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo) que participaram ativamente da implantação das primeiras 15 Centrais de Triagem na cidade de São Paulo no período entre 2001 e 2004 (gestão Marta Suplicy, Partido dos Trabalhadores). O debate serviu para alertar o poder público municipal de que deve levar em conta os processos já vivenciados pelos catadores e seus parceiros para não repetir erros do passado e garantir a efetiva implementação da PNRS.

Por fim, vale a pena mencionar que o Pólis apresentou o trabalho desenvolvido no âmbito do Diagnóstico Socioambiental de Resíduos Sólidos no Litoral Paulista, na III Conferência de Gestão de Resíduos Sólidos na América Latina – GRAL 2103, realizada em São Paulo entre 4 e 6 de setembro de 2013. Evento promovido pela ABES que contou neste painel com a presença de cerca de 30 pessoas.

- **Assessoria ao Município de Itanhém na implementação de um sistema modelo de biodigestão**

Como resultado de dois anos de trabalho e diálogos com a Prefeitura de Itanhaém (litoral sul de São Paulo), no marco do Projeto Litoral Sustentável, neste semestre estabeleceu-se formalmente a parceria entre o Instituto Pólis e a Prefeitura deste município com o objetivo de assessorar a mesma na implementação de um projeto de manejo de Resíduos Sólidos Urbanos, com o uso de biodigestão. O projeto, que conta com parceria financeira da ClimateWoks, deverá permitir ao município adotar os parâmetros estabelecidos pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), tais como o reaproveitamento integral da fração orgânica dos resíduos domiciliares - que representa 73% do total gerado – e o envio para aterros sanitários apenas dos rejeitos, que não podem ser recuperados e que representam cerca de 10% de resíduos, conforme exige a Lei Nº 12.305/2010. As ações previstas também terão como resultado o abatimento das emissões de gases geradores do efeito estufa (GEE) resultantes dos RSU, pois haverá captação de metano e seu aproveitamento energético.

Trata-se de um projeto de caráter pioneiro e a expectativa é de que se constitua numa referência para o país e um exemplo para os municípios que estão buscando se adequar às definições da PNRS. Esta experiência também tem como objetivo apontar para a viabilidade de soluções alternativas aos incineradores, pois este tipo de tecnologia é utilizada no país para destinar a maior parcela dos RSU (em média cerca de 60% da composição total). Mas este projeto traz importantes desafios a serem enfrentados nos próximos anos, como viabilizar a implementação na cidade de Itanhaém, no médio prazo, de um sistema coleta seletiva em três categorias: resíduos secos, resíduos orgânicos (úmidos) e rejeito. Esta ação pressupõe a definição de uma estratégia eficiente e eficaz de orientação da população e também de operacionalização do novo sistema, ou seja, redefinição de serviços prestados junto à empresa de limpeza urbana contratada pela Prefeitura. Para enfrentar este desafio está previsto no projeto assessoria à Prefeitura para atuar junto à empresa de forma a que ela atenda a esta demanda. Também será necessário estabelecer um marco legal municipal que permita a instalação de biodigestores, o que vai requerer articulação com a Câmara de Vereadores e aprovação de lei. Por fim, será necessário aprovar obter o licenciamento pelo órgão estadual ambiental deste equipamento.

O Pólis luta há mais de 20 anos, junto com redes nacionais e internacionais, contra o uso descabido de incineradores, pois estes causam sérios impactos à saúde humana e à natureza. O projeto em parceria com a Prefeitura de Itanhaém e ClimateWoks terá início em fevereiro de 2014.

- **Pontão de Convivência e Cultura de Paz**

Todo o trabalho realizado pelo Pontão de Convivência e Cultura de Paz, desde 2007, convênio estabelecido com o Ministério da Cultura, Programa Cultura Viva, aponta para a necessidade de um conhecimento mais consistente sobre os conceitos e métodos da Cultura de Paz, buscando ampliar as práticas possíveis na resolução/mediação de conflitos e tensões da convivência. A partir das metodologias e tecnologias socioculturais de não violência, como a metodologia das Auscultas Socioculturais (rodas de convivência e paz no território nacional), fomentou-se a multiplicação de ideias e ações pelos territórios, promoveu ações conjuntas das redes de paz constituídas e em formação. Além disso, esse processo desenvolvido trouxe ideias e diretrizes importantes para as políticas públicas de Cultura de Paz e Convivência no território local e nacional. Algumas delas apontam claramente para a articulação e intercâmbio entre grupos culturais, a formação continuada e a incorporação de política de convivência e paz na gestão local. Neste sentido observamos a necessidade de avançar para a construção destas políticas nos grupos e também nas atividades de multiplicadores de convivência e paz nos espaços e territórios diversos. Isso dialoga diretamente com a política de desenvolvimento cultural do Instituto Polis. Vale destacar ainda que, durante a experiência, identificamos que a criação de um espaço qualificado para os grupos escutarem seus problemas e conflitos, bem como as formas de resolução e conquistas na comunidade, resultaram no engajamento desses atores para tomada de decisões em relação à temática da Convivência e Cultura de Paz inserida no universo das comunidades, também reforçaram a diversidade e identidade culturais e ações práticas por meio de indicações de políticas públicas encaminhadas a sociedade civil e poder público. Todo trabalho de mapeamentos socioculturais realizados durante esse período, as pesquisas nos territórios escutados e as propostas de caminhadas pela paz e ocupação criativa dos espaços públicos resultaram na ampliação e fundamentação do trabalho de não violência ativa e convivência desenvolvido pelo Pontão de Convivência e Cultura de Paz do Instituto Pólis. Dessa forma uma prática cultural fundamentada em uma atitude de compreensão é em si mesma um exercício de aceitação da diversidade cultural. Uma cultura de convivência dá vida aos direitos humanos nos modos de pensar e agir.

Durante o segundo semestre de 2013 as atividades do Pontão de Convivência e Cultura de Paz estiveram concentradas no planejamento e na execução do evento: Conviver em Paz nas Cidades: Encontro Nacional Cultura de Paz, Políticas Públicas e o Direito à Cidade, que aconteceu em São Paulo, de 19 a 21 de setembro de 2013. O Encontro Nacional buscou a criação de um ambiente fomentador da Cultura de Convivência, a utilização integrada de diversos métodos de solução não-violenta de conflitos e a formulação de políticas públicas de

cultura de paz e convivência. Assim, podemos falar em valores, ações e políticas públicas que têm sua vitalidade em cenários locais e globais. Trata-se de ações culturais que pretendem mudar linguagens, estruturas e imaginários plantados na mente e no coração das pessoas e coletividades. Para isso uma pedagogia da convivência deve estar aí presente para deslegitimar a violência direta, estrutural e cultural e apontar caminhos de convivência intercultural.

Em paralelo à organização do Encontro Nacional o Pólis também esteve presente em alguns outros eventos, como a III Conferência Municipal de Cultura de Rio Grande da Serra, realizada no dia 28 de julho de 2013; a Teia Paulista – Cultura Sempre Viva, entre 08 a 11 de agosto; a oficina Interculturalidade e Cultura de Paz nos Territórios: conviver em paz nas cidades e a I Semana da Cultura Paz – ConPaz-PR, entre 16 e 21 de setembro de 2013. O Pólis também participou de mesas de debate e apresentou propostas na Conferência Municipal de Cultura município de São Paulo, entre os dias 03 a 04 de setembro de 2013, e apresentou estudos no I Encontro Brasileiro de Pesquisa em Cultura, no dia 02 de setembro de 2013, compondo a mesa Cultura e espaço urbano.

Em 2014 buscaremos dar continuidade ao trabalho do Pontão de Convivência e Cultura de Paz no território nacional através de parcerias e apoios com o objetivo de construir a agenda nacional de convivência e cultura de paz e de ampliar o projeto de formação em cultura de paz. Estamos em negociação junto ao Ministério da Cultura para viabilizar a continuidade do Pontão por meio de recursos federais e estamos buscando uma aproximação com a Secretaria Municipal de Cultura por meio de palestras que ocorrerão nos próximos períodos. Além disso, algumas demandas surgiram a partir do contato com grupos culturais de todo o país, entre elas a realização de formação para grupos de idosos e o aprofundamento da relação entre cultura de paz de igualdade racial. Muitos desafios terão que ser enfrentados para avançar na construção das políticas de convivência e cultura de paz. A necessidade de ampliar a Rede de Cultura de Paz nacional através da incorporação de Pontos de Cultura e de órgãos do poder público é fundamental. A redução de recursos do MinC editais de Pontão de Cultura é um desafio para todo o campo da cultura popular, mas que pode ser compensado por meio de convênios via município ou estado de São Paulo.

- **Pesquisa Tecnologia Social e Políticas Públicas**

Neste semestre lançamos a publicação *Tecnologia Social e Políticas Públicas*¹, fruto da pesquisa desenvolvida pelo Instituto Pólis ao longo de 2013 e que se baseia em experiências de tecnologias para a inclusão social e sua disseminação por meio de políticas públicas. Realizada em parceria com a Fundação Banco do Brasil (FBB) e com o Grupo de Análise de Políticas de Inovação da Unicamp (Gapi/Unicamp), esta é uma coletânea de textos sobre experiências como cisternas e dessalinizadores voltados para promover a convivência com a seca, passando por soluções econômicas de saneamento rural, hortas urbanas, poupança comunitária, até a reciclagem de resíduos eletroeletrônicos com a participação de catadores, entre outras.

A proposta da tecnologia social prevê empoderamento dos usuários na concepção e gestão de instrumentos e metodologias capazes de melhorar suas condições de vida. Este livro se propõe a debater a importância da participação, da gestão local e das organizações da sociedade civil na construção de políticas públicas voltadas para a reaplicação de tecnologia social. Um exemplo são as cisternas de placas, para armazenamento de água da chuva no semiárido brasileiro. É uma metodologia simples, desenvolvida em interação com a comunidade e que há mais de 10 anos vem sendo reaplicada por entidades da sociedade civil para minimizar o problema da seca no Nordeste.

A pesquisa foi realizada a partir de estudos de casos de políticas públicas que utilizam tecnologias simples, baratas e de fácil disseminação como forma de lidar com diversos problemas sociais que ainda existem no Brasil, como os problemas de saneamento, a escassez de água, os desmoronamentos e a inadequada gestão de resíduos sólidos urbanos. Foram estudadas políticas públicas federais que estão mais estruturadas, como o Programa 1 Milhão de Cisternas, mas também iniciativas municipais e estaduais, bem como experiências da sociedade civil que não são políticas públicas, mas que possuem interface com ações estatais e apontam para possíveis políticas públicas.

Além de textos que descrevem e analisam políticas e iniciativas baseadas em tecnologia social, a publicação traz o capítulo "Políticas públicas e tecnologia social: algumas lições das experiências em desenvolvimento no Brasil", que analisa conjuntamente os casos e aponta para problemáticas comuns observadas na pesquisa. A versão eletrônica da publicação foi lançada em Brasília, no dia 18 de novembro de 2013.

- **Coordenação da Rede LogoLink**

¹ A versão eletrônica da publicação pode ser acessada em <http://www.polis.org.br/uploads/2061/2061.pdf>.

LogoLink (Learning Initiative on Citizen Participation and Local Governance) é uma rede global de organizações da sociedade civil criada para estimular e apoiar iniciativas e redes relacionadas ao tema da participação cidadã e controle social das políticas públicas no nível local. Desde 2007 o Instituto Pólis é o Secretariado Internacional da Rede. LogoLink conta com mais de 12 anos de atuação e, além do Instituto Pólis, é formado pelas organizações: Development Network of Indigenous Voluntary Associations-DENIVA (Uganda), Isandla (África do Sul), Institute for Popular Democracy-IPD (Filipinas), Society for Participatory Research in Asia - PRIA (Índia), Participation Center (China), Centro de Servicios Municipales Heriberto Jara - CESEM (México), Deliberative Democracy Consortium - DDC (USA), Institute of Development Studies - IDS (Reino Unido).

Durante o 2º semestre de 2013, Pólis e a Rede LogoLink continuaram focando grande parte de suas atividades, em conjunto, na discussão sobre participação cidadã no âmbito local. Nesse sentido, as atividades continuaram direcionadas à colheita de insumos para a elaboração de sua “Carta Global sobre a Participação cidadã no Governo Local”, conforme detalhado em relatórios anteriores. A partir da 1ª versão da carta, o LogoLink organizou consultas a este primeiro texto nas respectivas regiões de seus membros. Para tal, entre os meses de agosto a novembro de 2013, os parceiros do LogoLink promoveram encontros nacionais e regionais no Brasil, China, Índia, Sri Lanka, Tailândia e Uganda. As discussões foram sistematizadas em relatórios enviados ao Pólis, que serão os insumos para que, em 2014, a versão final da Carta Global seja elaborada e lançada.

Durante o período em questão também foi reformulado o design do Boletim (Newsletter) da rede, bem como foram lançados dois boletins (de número 4 e 5, em julho e novembro, respectivamente). Vale ressaltar que o nosso sistema de envio de boletins possui hoje mais de 18 mil pessoas cadastradas.

Além dessas atividades, a rede LogoLink participou de um importante Congresso global de autoridades locais: O 4º Congresso do UCLG, que ocorreu em Rabat, Marrocos, entre os dias 1 a 4 de outubro de 2013. Nessa ocasião, dois eventos paralelos foram organizados pelo Pólis e LogoLink. No âmbito da participação cidadã no governo local, assim como do direito à cidade, foram apresentadas contribuições do LogoLink e do Pólis para a Declaração de Rabat, na qual pode-se encontrar as referências do texto proposto.

- **Atuação no Conselho das Cidades e no Conselho dos Direitos da Pessoa Humana**

Em 2013, a atuação do Pólis no Conselho das Cidades se concentrou em especial na participação no Comitê de Mobilidade Urbana, que ficou responsável pela Presidência da

República por elaborar uma proposta de um “Pacto Nacional da Mobilidade Urbana”, que foi uma das medidas tomadas pelo Governo Brasileiro buscando dar resposta ao tema político que foi propulsor das mobilizações sociais de junho nas cidades brasileiras. O Pacto Nacional proposto tem como base a política nacional de mobilidade urbana que foi aprovada como lei no ano de 2012 que traz novos preceitos para essa política, como a priorização do transporte público em detrimento do transporte individual e a valorização de uma cultura urbana em emergência, que é o uso da bicicleta como forma de transporte. A proposta do Pacto Nacional de Mobilidade Urbana foi aprovada como resolução do Conselho das Cidades e foi submetida à Presidência da República para ser pactuada com os governos estaduais e municipais, e então possa ser implementada nas cidades brasileiras.

A participação na V Conferencia Nacional das Cidades, realizada no mês de novembro de 2013, foi focada nos temas da política fundiária, tendo o marco referencial o cumprimento da função social da propriedade urbana. As proposições apresentadas pelo Pólis na Conferência que foram aprovadas e merecem destaque são: proposição de uma lei com um regime especial para a mediação e solução dos conflitos fundiários urbanos, e uma proposta de lei com um regime especial sobre a posse social, considerando que a maioria dos habitantes das grandes cidades brasileiras vive em moradias sob o regime da posse social e não da propriedade, e este precisam ter um tratamento igual no sentido da proteção de direitos. Também cabe ressaltar que foi estabelecido o compromisso do governo brasileiro de apresentar a proposta do sistema nacional de desenvolvimento urbano no primeiro semestre de 2014.

A possibilidade das medidas sobre as questões fundiárias serem adotadas pelo Governo brasileiro esta associada ao cumprimento das recomendações que constam no Relatório do Grupo de Moradia Adequada do Conselho de Direitos da Pessoa Humana (CDHP), vinculado à Secretaria Nacional de Direitos Humanos. O Instituto Pólis, nesse Grupo de Trabalho, foi responsável pela sub-relatoria sobre os impactos dos Megaprojetos e Megaeventos no direito à moradia, contribuindo com a formulação das medidas que constam no relatório que foi aprovado no mês de outubro de 2013. Uma das medidas é a criação de uma câmara federativa de mediação e negociação dos conflitos fundiários decorrentes dos empreendimentos e obras financiados com recursos do Governo Federal. No mesmo período foi publicada uma Portaria do Ministério das Cidades estabelecendo diretrizes e procedimentos para tratar desses conflitos de forma preventiva com os Municípios e Estados que recebem recursos do Ministério das Cidades. Essa portaria também foi elaborada e aprovada no âmbito do Conselho das Cidades em 2012 e foi publicada em resposta as manifestações sociais de junho de 2013.

O ano de 2014 é marcado como um período eleitoral, cujas perspectivas são que as medidas propostas tanto pelo Conselho das Cidades quanto pelo GT Moradia do CDPH sejam adotadas pelo Governo Brasileiro como a formação de uma força tarefa para monitorar as situações de remoções que ainda podem ocorrer em razão das obras de mobilidade urbana e de construção de equipamentos relacionadas com a Copa do Mundo de Futebol no mês de junho e das Olimpíadas no ano de 2016 na cidade do Rio de Janeiro.

- **Participação no debate público sobre o Plano Diretor de São Paulo e sobre a Parceria Pública Privada da Casa Paulista**

O projeto de lei do novo Plano Diretor, encaminhado pela Prefeitura de São Paulo à Câmara Municipal, traz algumas diretrizes e propostas muito importantes para a cidade como, por exemplo, a priorização do transporte público para a mobilidade urbana, a reorganização das densidades da cidade de acordo com os eixos de transporte coletivo de massa e o reequilíbrio dos usos no território entre a oferta de trabalho e o local de moradia. Entretanto, tal como está formulado, o plano corre o risco de reiterar o histórico padrão de segregação urbana na cidade de São Paulo.

Não são introduzidos instrumentos claros de ruptura com a lógica da produção de periferias e da expansão urbana predatória, que pressiona os mananciais e áreas ambientalmente sensíveis, e também não são contemplados adequadamente os grupos urbanos mais vulneráveis, a população de menor renda e o comércio de pequena escala.

A proposta do novo Plano Diretor ainda não supera o paradigma do automóvel, ao ignorar os modos não motorizados como possível padrão de mobilidade, assim como não contempla a heterogeneidade e diversidade dos territórios da cidade, ao considerar apenas os potenciais construtivos e os usos como elementos balizadores do seu processo de transformação. Favorece, assim, um olhar tecnicista e econômico aliado a grandes investimentos na cidade, com pouca ou quase nenhuma atenção a seus aspectos culturais, afetivos e educativos, e de uso dos espaços públicos, que hoje demarcam os territórios urbanos com novas práticas sociais.

O Plano Diretor em discussão propõe áreas mistas mais adensáveis ao longo dos eixos de transporte coletivo, mas pouco avança nas formas de transformar o adensamento construtivo em adensamento populacional de maneira heterogênea e incluyente, respeitando as especificidades socioculturais e ambientais das diferentes partes do território. A democratização da gestão da cidade – entendida como ampliação da esfera decisória dos projetos políticos e do controle social de sua implementação - e o efetivo cumprimento da

função social da propriedade ainda são lacunas a serem superadas pela proposta do Plano Diretor, que não define as formas de controle e participação social, sobretudo nos principais instrumentos de intervenção na cidade. Finalmente, o plano não prevê dispositivo específico para salvaguardar direitos de população de baixa renda e submetida a situações de vulnerabilidade no caso de remoções forçadas decorrentes de obras e políticas públicas, ao não introduzir dispositivos que melhorem as condições de vida das populações atingidas.

Desde o segundo semestre de 2013, um “coletivo” formado que já estava debatendo a Parceria Pública Privada da Casa Paulista, proposta pelo Governo do Estado de São Paulo, foi ampliado por outras entidades para discutir a proposta de Revisão do Plano Diretor do Município de São Paulo. Este grupo se reuniu com a finalidade de dar continuidade às reivindicações históricas dos setores que atuam em defesa do direito à moradia no país: provisão de habitação popular no centro, o estímulo a uma ocupação com mistura social e a combinação de subsídios e cooperação entre União, estados e municípios. Estas propostas foram consolidadas em um documento que foi assinado por mais de 50 entidades e lido em todas as audiências públicas organizadas pela prefeitura municipal de São Paulo. O documento agora está em discussão junto aos vereadores da Câmara Municipal. No início de 2014 deve ser encaminhado um substitutivo que será o objeto de nova discussão deste grupo.

- **Implementação do Direito à Cidade no Plano Internacional**

A iniciativa do Instituto Pólis em conjunto com as organizações do Fórum Nacional de Reforma Urbana para o reconhecimento internacional do direito a cidade como um direito humano emergente vem desde o primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, no ano de 2001. De forma articulada com organizações internacionais – como o Habitat International Coalition, COHRE, Fórum de Autoridades Locais, Oficina da América Latina da UN-Habitat, Plataforma DESCA de Direitos Humanos, AITEC da França – foi construída a Carta Mundial do Direito a Cidade, que foi lançada e passou a ter adesões e servir de referência na perspectiva internacional no Fórum Social Mundial de Porto Alegre no ano de 2005. Também cabe destacar que entre os anos de 2004 a 2006 foi desenvolvida uma proposta de um observatório internacional do direito a cidade entre as organizações brasileiras e francesas da sociedade civil fruto de um programa de cooperação coordenado pela ABONG e pela organização SUD da França, no qual o Pólis coordenou o programa urbano.

Além da articulação durante os Fóruns Sociais Mundiais, foram promovidas muitas atividades de advocacy pelo reconhecimento internacional do direito a cidade com base na Carta Mundial, em especial durante os Fóruns Urbanos Mundiais realizados em 2004 (Barcelona),

2006 (Montreal), 2008 (Nanjing) e em 2010 (Rio de Janeiro). No Fórum Urbano Mundial foi possível ter articulado uma atuação conjunta entre o Fórum Nacional de Reforma Urbana e o Governo Brasileiro que possibilitou reforçar, na Carta Final do Fórum, a importância de ser levado em conta o direito a cidade para a construção de cidades justas e sustentáveis.

No ano de 2012, com a realização da Rio + 20 no mês de junho, houve um diálogo entre o FNRU, HIC, Autoridades Locais e Fundação Ford sobre a necessidade de uma participação e mobilização para os processos da Agenda Pós 2015 sobre Desenvolvimento Sustentável e da Conferência sobre Assentamentos Humanos das Nações Unidas em 2016.

Com esse objetivo, desde o início do segundo semestre de 2013, o Instituto Pólis e a HIC estão coordenando uma pesquisa internacional de experiências sobre formas de implementação do direito à cidade, que abrange as regiões da América Latina, Europa e África do Sul. Um grupo de pesquisadores está analisando, em cada região, pelo menos experiências de dois países e de duas cidades.

No mês de outubro foi organizado pela HIC e pelo Pólis, com apoio da Fundação Ford, um workshop na Cidade do México que reuniu um coletivo de organizações não governamentais, acadêmicos que coordenam núcleos de estudos sobre a temática de direitos humanos, redes internacionais de direitos humanos e organismos de cooperação internacional. O workshop teve por objetivo apresentar a finalidade e os primeiros resultados da pesquisa internacional e colher subsídios para as suas próximas fases, além de elaborar um calendário contendo uma proposta de campanha e de plataforma internacional sobre o direito a cidade (mobilização e organização, comunicação e produção de subsídios). Estas serão utilizadas para atuação no processo da Agenda Pós-2015 sobre Desenvolvimento Sustentável e da Conferência sobre Assentamentos Humanos das Nações Unidas em 2016.

A partir desse workshop foram definidos que os próximos passos são de começar o diálogo com os organismos das Nações Unidas responsáveis por estas Agendas Globais para a inclusão de compromissos, objetivos, metas e indicadores para a promoção do direito a cidade nos processos de desenvolvimento das cidades. Esse diálogo deve ocorrer em especial no mês de abril, em Medellín, no VII Fórum Urbano Mundial e no Encontro Internacional sobre o Direito a Cidade, que deverá ocorrer no mês de novembro na cidade de São Paulo do qual o Pólis está responsável pela organização. No ano de 2014 os resultados da pesquisa internacional serão apresentados de forma parcial em Medellín e os finais em novembro na cidade de São Paulo. O processo de diálogo entre essas diversas organizações tem como finalidade a construção de uma plataforma internacional sobre o direito a cidade que será aprovada no encontro em

novembro em São Paulo para fins de ser incorporada uma agenda sobre o direito a cidade nas Agendas Globais em processo de elaboração nas Nações Unidas. O Encontro terá como objetivo lançar a proposta do Observatório Internacional do Direito a Cidade com o objetivo de monitorar os compromissos assumidos sobre as questões urbanas na Agenda Pós-2015 e da Agenda Global do Habitat III.

Esse processo conta com grandes desafios de potencializar uma plataforma internacional do direito a cidade de ser adotada por organismos da sociedade civil, governos locais e nacionais e organismos internacionais como referencia para as políticas de desenvolvimento urbano que possibilitem que as cidades passem por transformações voltadas a promoção da justiça social, da democracia participativa e cidadania e da sustentabilidade.

- **Pesquisa sobre o programa Minha Casa Minha Vida - MCMV na Baixada Santista**

A pesquisa sobre o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) juntamente com uma grande rede de instituições de pesquisa do Brasil está sendo realizada e os primeiros resultados já podem ser observados. A pesquisa propõe uma análise da inserção urbana e territorial dos empreendimentos na Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS)², e estudos de natureza qualitativa, sobre empreendimentos selecionados que expressem diferentes situações de inserção urbana, visando identificar os impactos urbano, ambientais e sociais nas famílias beneficiárias do programa.

Atualmente a RMBS, com uma população de mais de 1,5 milhões de habitantes, apresenta um déficit habitacional de 70 mil domicílios e um déficit qualitativo de 95 mil domicílios. É sobre esse universo significativo que procuraremos avaliar os impactos urbano-ambientais do Programa MCMV na RMBS, discutindo sua relação com o déficit habitacional apontado e com as condições de urbanização do território. O PMCMV, de abrangência nacional, se propõe a atender parte das necessidades de novas moradias das famílias de baixa e média renda.

Do total dos nove municípios da baixada santista, sete deles (Guarujá, Cubatão, São Vicente, Bertioga, Mongaguá, Santos e Praia Grande) são classificados como de atenção prioritária para atuação do Plano Estadual de Habitação (PEH), devido à existência de favelas em 89% dos municípios com ocorrência de área de risco em 78% deles. Desses sete municípios, Cubatão e Guarujá não tem produção habitacional do PMCMV para nenhuma das faixas de renda, enquanto Bertioga e Mongaguá não tem produção para famílias com renda entre 0 e 3 salários

² A RMBS é composta por nove municípios: Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente.

mínimos. Nos demais cinco municípios da RMBS há produção de empreendimentos habitacionais destinados para famílias com renda inserida naquela faixa.

Na RMBS, das 4.662 unidades habitacionais contratadas no PMCMV até 6 de agosto de 2012, o maior percentual atende (66%) atende às famílias na faixa de 0 a 3 s.m., 23% a faixa de 3 a 6 s.m. e 11% a faixa de 6 a 10 s.m. Este universo é bastante significativo para avaliarmos os impactos urbano-ambientais do Programa na RMBS e a sua relação com o déficit habitacional apontado.

Relacionando a produção do PMCMV com o déficit habitacional quantitativo, verifica-se que os dois municípios (Guarujá e Cubatão) que não têm produção de unidades habitacionais no âmbito do Programa apresentam precariedade habitacional grave e concentram quase 44,6% do déficit da RMBS. Os municípios de Santos e Praia Grande, que concentram 41% do déficit habitacional, apresentam produção para as faixas de 0 a 3 s.m. Peruíbe e Itanhaém que concentram 8,8% do déficit habitacional apresentam uma grande produção de unidades habitacionais destinadas a famílias com renda de 0 a 3 s.m. Bertioga e Mongaguá que concentram o menor percentual do déficit (5,7%) e não tem produção habitacional para esta faixa de renda.

Importante destacar que os grandes empreendimentos habitacionais do PMCMV podem provocar grandes impactos urbanos e ambientais. Tais impactos são diversificados e multidimensionais. Afetam o funcionamento e a expansão das cidades onde aqueles empreendimentos habitacionais se implantam e afetam também a vida cotidiana das pessoas que vivem nesses empreendimentos. É preciso analisar cuidadosamente esses impactos a fim de mitigá-los e evitá-los na continuação do processo de implementação daquele Programa. Vale dizer que na RMBS a contiguidade de empreendimentos com menor número de unidade gera uma conformação territorial similar à dos grandes empreendimentos.

Outra observação interessante sobre o ponto de vista da produção é que as 1.860 unidades construídas em Peruíbe e Itanhaém foram produzidas por uma única empresa. Essa produção corresponde a 61% das unidades que atendem a famílias de 0 a 3 salários mínimos e a 40% do total do PMCMV na RMBS. Uma apuração detalhada pode verificar se há uma padronização na implantação do projeto e também no trabalho social contratado.

A pesquisa está sendo desenvolvida considerando duas abordagens de análise territorial. Na primeira, realizada parcialmente no semestre anterior e finalizada neste semestre, analisamos a inserção urbanística e os impactos urbanos e ambientais dos empreendimentos MCMV na

RMBS, considerando o porte, as faixas de atendimento e a tipologia dos empreendimentos e as condições do território nas áreas socioeconômicas, acesso às infraestruturas, uso e ocupação do solo, regulação urbanística e expansão urbana.

Na segunda abordagem, desenvolvemos análises específicas em estudos de casos de empreendimentos, considerando as condições particulares de inserção e impacto urbano e ambiental, a satisfação dos moradores e os interesses dos diferentes agentes envolvidos na produção dos empreendimentos. Foram selecionados dois empreendimentos para realização destes estudos de caso, nos municípios de Itanhaém e São Vicente. Os empreendimentos foram selecionados em função do porte, tipo de construtora e inserção na RMBS. Para as análises do estudo de caso, foi aplicado questionário junto aos moradores e síndicos dos empreendimentos. Os resultados destes questionários serão analisados no próximo semestre.

O projeto apresentado pelo Pólis se insere na rede nacional formada por universidades federais, estaduais, privadas e entidades sem fins lucrativas já envolvidas em pesquisa sobre o MCMV. Nesta rede, Polis propõe desenvolver a análise na RMBS articulando as dimensões sociais e urbanísticas e ambientais.

Neste semestre foi realizado um relatório contendo a avaliação das condições e de inserção e dos impactos urbanos e ambientais dos empreendimentos MCMV, considerando a escala regional e municipal. Além de avaliar as condições de inserção e os impactos urbanos e ambientais dos empreendimentos MCMV em face das características do uso e ocupação do solo e em relação as normas previstas na Regulação Urbanística local e das alterações propostas - dimensão municipal.

Ouro tema da pesquisa é verificar se os empreendimentos do MCMV reforçam os processos de expansão urbana da região, consolida áreas já urbanizadas ou cria novos eixos de expansão urbana. Para verificar estas questões foi elaborado um questionário para ser aplicado em dois empreendimentos selecionados como estudo de caso: um em Itanhaém e outro em São Vicente para aprofundamento das questões apontadas anteriormente.

Foram aplicados 94 questionários em São Vicente e 100 questionários em Itanhaém, totalizando 194 famílias entrevistadas por uma equipe do Polis de 7 pessoas. Os questionários foram tabulados e serão analisados no primeiro semestre de 2014.

A rede formada pelas Universidades Federais do Ceará, Pará, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Rio de Janeiro (IPUR e ProURB), Universidades Estaduais USP São Carlos (IAU) e

Universidade de São Paulo (LAB Cidade) realizou dois encontros neste semestre. Um em São Paulo, na sede do Pólis, e outro em Brasília, para discutir os resultados do projeto.

- **Desenvolvimento do Plano de Ação Vitória Sustentável**

Neste segundo semestre de 2013 o Pólis iniciou uma parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com a Prefeitura Municipal de Vitória (ES) para a elaboração do Plano de Ação Vitória Sustentável, utilizando a metodologia da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES), desenvolvida pelo BID para cidades latinoamericanas. O projeto, que deverá ser executado em 8 meses, recebe o apoio financeiros do Fundo Social, que é gerido pela Caixa Econômica Federal (CEF). A metodologia para criação do plano envolve as seguintes atividades:

- Coleta e aplicação de 114 indicadores, preestabelecidos pela metodologia, para avaliar as fragilidades e potencialidades do município nas diversas áreas: planejamento urbano e regional; saneamento (água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos); energia; transporte e mobilidade urbana; meio ambiente urbano, poluição da água, ar, solo, sonora; mudanças climáticas/desastres naturais; educação; saúde; segurança pública; comunicação/mobilização social; economia local/competitividade; conectividade/análise e desenvolvimento de sistemas de informações; gestão pública/gestão fiscal; Segurança pública.
- Desenvolvimento de leitura dos indicadores em metodologia de “semáforo” (vermelho, amarelo e Verde) para identificar prioridades nas temáticas estudadas e no território.
- Realização de pesquisa de Opinião Pública com 1200 questionários domiciliares a fim de apurar a percepção a respeito das carências e desafios para a administração local, através de análises quantitativas.
- Realização de Grupos focais sobre temáticas específicos a fim de apurar a percepção a respeito das carências e desafios para a administração local, através de análises qualitativas.
- Identificação dos estudos que deverão ser realizados para os temas priorizados.
- Apoiar a elaboração de planos setoriais complementares às ações previstas no Plano de Ação Vitória Sustentável.

Em novembro participamos da capacitação “Programa de Fortalecimiento de Capacidades para Equipes da Iniciativa Cidades Emergentes y Sustentáveis”, realizado em Brasília de 6 a 8 de Novembro na “Universidade da Caixa”. Este evento formalizou o contato entre integrantes da Equipe Pólis com gestores da Prefeitura Municipal de Vitória, além de técnicos do BID e da

Caixa Econômica Federal, e com a equipe contratada para realizar o mesmo trabalho em Florianópolis (SC) e técnicos das prefeituras de Florianópolis e Palmas (TO). Este momento foi fundamental para o entendimento integral da metodologia ICES, esclarecimento de dúvidas e realização dos contatos iniciais com os técnicos das Prefeituras de Vitória e de Palmas, onde o Pólis também desenvolverá o trabalho a partir de 2014.

Em dezembro foi realizado o Seminário de Diagnóstico do Programa ICES, organizado pelo Pólis e pela Prefeitura Municipal de Vitória para a divulgação da iniciativa para a população local. O seminário contou com a apresentação dos diagnósticos setoriais por técnicos da Prefeitura e do governo estadual do Espírito Santo, além de instituições de pesquisa e alguns outros órgãos públicos. O seminário foi muito interessante para disseminação do conhecimento, tanto para a população, quanto para o Pólis, sobre as políticas públicas desenvolvidas no Município de Vitória e Região Metropolitana. Um resultado positivo alcançado foi a interlocução entre técnicos da gestão municipal, que em muitos casos tinham conhecimento apenas das políticas praticadas nos seu setores, assim com a interlocução entre técnicos do poder público municipal e estadual.

A partir da primeira análise dos indicadores e dos resultados da pesquisa de opinião pública, se especificará, em dialogo com a Prefeitura Municipal de Vitória, os temas e população ouvida nos grupos focais. Esta análise qualitativa nos ajudará a focalizar as prioridades para o Plano de Ação, produto final. A elaboração do Plano de Ação será um desafio interessante, na medida que segundo a metodologia estabelecida pelo BID, deverá ser muito sucinto e estabelecer focos muito precisos de atuação. O Pólis está negociando para desenvolver esta mesma metodologia junto com a Prefeitura Municipal de Palmas.

- **Coordenação Executiva do Fórum Nacional de Reforma Urbana**

O Pólis ocupa hoje a coordenação executiva do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), que é uma articulação de entidades da sociedade organizada que atua desde 1987 na luta pela democratização da gestão das cidades e pela garantia de condições dignas de vida para todas e todos. O FNRU está atualmente envolvido com a execução do projeto “Plataforma do Direito à Cidade e Reforma Urbana: Caminho para Cidades Justas Democráticas e Sustentáveis”, que começou a ser executado em fevereiro de 2013 e tem duração prevista de 2 anos.

As ações têm como objetivo, tanto em âmbito nacional quanto internacional, a adoção do respeito ao direito à cidade e das bandeiras da reforma urbana por diversos segmentos da sociedade e setores do Poder Público na promoção das políticas públicas voltadas à construção de cidades justas, democráticas e sustentáveis.

No que tange a uma avaliação qualitativa do projeto, durante o segundo semestre de 2013 enfrentamos diversas dificuldades para mobilização e articulação das organizações parceiras e membros do FNRU. Os recursos obtidos junto à Fundação Ford garantem a participação de apenas alguns dos militantes dos movimentos populares nas reuniões presenciais deliberativas do FNRU. Muitos membros de ONGs, universidades e sindicatos membros do FNRU não podem participar destes encontros por razões financeiras (dada a dimensão continental do Brasil os deslocamentos são muito caros), de forma que permanecem com dificuldades de se envolverem na coordenação política do FNRU, o que dificulta a aglutinação dos principais setores nacionais pró-reforma urbana, que é o objetivo principal objetivo desta articulação.

Outra dificuldade, reforçada por questões financeiras e limites de tempo, reside na qualidade da realização de ações de agitprop, que sempre surgem como demanda para avançarmos em nossas pautas. Como não possuímos meios comunicação para atingir as massas populares, seguimos recorrendo aos métodos de trabalho baseados no contato real com a população. Mas para que essa vantagem da posição corpo a corpo do trabalho de base surta efeitos é preciso a mobilização de muitos recursos e capital humano. Nessas ações de agitação e propaganda não basta transmitirmos linearmente nossas informações, é preciso uma sofisticada abordagem para fomentar uma nova leitura da realidade. E a avaliação deste segundo semestre, sobretudo após as jornadas de junho, é de que precisamos melhorar a comunicação do FNRU e potencializar esse tipo de atividades, como a distribuição de panfletos e manifestos, faixas, camisetas, bandeiras, ações diretas e eventos.

Ainda tratando dos desafios e lições aprendidas durante este segundo semestre de Projeto, é imperioso mencionar as “manifestações de junho”, que colocaram as pautas do direito à cidade e da reforma política na ordem do dia. A conquista da redução das tarifas pela luta de massas revigorou a esperança nessa tática como mecanismo eficaz de alteração da agenda e da política vigente, em detrimento das apostas anteriores mais direcionadas às demandas institucionais e abstratas. Indicando, assim, um caminho de retomada de ações de confronto político, de autonomia e utopia social; colocando em questão a necessidade de uma avaliação autocrítica de como o FNRU tem lidado com a ocupação de espaços institucionais de participação.

Os protestos de junho de 2013 também mostraram as potencialidades e fraquezas da internet como ferramenta de mobilização. O FNRU é um ator historicamente forte na luta pelo direito à cidade no Brasil. Porém, nesse contexto perdeu possibilidade de se expandir, o que ocorreu com diversos outros movimentos mais jovens no espaço da rede mundial de computadores. A

internet é um campo que está ficando cada vez mais importante no contexto da conquista de direitos no Brasil. Com recursos voltados para comunicação contratamos neste segundo semestre um profissional cujo objetivo é estabelecer comunicação com a população em geral, com uma audiência leiga e uma nova geração de ativistas, de forma a transmitir o que o Fórum e o que este vem fazendo ao longo dos anos na busca por cidades mais democráticas e justas.

Por meio do FNRU o Pólis participou das manifestações de rua que ocorreram em junho. Em seguida se juntou aos sindicatos e movimentos populares para apontar possibilidades de continuidade desse processo e atualmente está engajado na mobilização pela Reforma Política – sem a qual não é possível uma verdadeira Reforma Urbana.

No segundo semestre de 2013 realizamos três eventos de massas, a “Marcha Nacional pela Reforma Urbana”, “Ato por Despejo Zero!” e uma manifestação, em Brasília, durante a 5ª Conferência Nacional das Cidades. Assim, a tradicional “Marcha da Reforma Urbana”, que ocorria todos os anos em outubro, foi adiantada para agosto com o objetivo de não deixar o clima político de reivindicação esfriar. Em 28 de agosto de 2013, a “Marcha Nacional pela Reforma Urbana” ocorreu em 12 estados, a saber: Amapá, Amazonas, Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia, Tocantins, Piauí, São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Em todos os locais em que a Marcha aconteceu, os manifestantes alertaram à população para a importância da luta pelo cumprimento da função social da cidade, como no que diz respeito à destinação dos imóveis públicos vazios para habitação de interesse social, à mudança dos procedimentos de reintegração de posse - que seria possível com a aprovação das emendas no projeto de Reforma do Código de Processo Civil (PL 8.064/2010) -, e à imediata suspensão dos despejos das famílias para a Copa de 2014 e para as Olimpíadas de 2016. A Marcha permitiu aos ativistas chamarem a atenção tanto do poder executivo quanto da sociedade, e desta forma, exigir a implementação de políticas efetivas para toda a população. Não quisemos apenas ser recebidos pelos gestores em seus gabinetes, mas, sim, mudar a agenda pública. Como continuidade das ações da Marcha, no mês do Habitat, entre os dias 03 e 18 de outubro, o Fórum realizou nacionalmente mobilizações tendo como pauta a função social da terra e da propriedade. Essas mobilizações obtiveram menos adesão do que o esperado, dado que nesse mesmo período ocorriam os Congressos Nacionais de dois dos movimentos populares que compõem o FNRU. Ainda sim, no dia 18 de outubro houve um encerramento desse processo (“Campanha por Despejo Zero!”) com um Ato durante a reunião de coordenação, em Belém. O FNRU dessa forma, também se inseriu no debate internacional pelo direito à terra e à cidade!

As atividades realizadas trarão ainda muitos desafios para o próximo período. Merece destaque a participação do FNRU na 5ª Conferência das Cidades, pois nela foram aprovadas inúmeras propostas defendidas pelo FNRU. Além disso, entre os 181 novos conselheiros e conselheiras eleitos nessa Conferência, 60 estão de alguma forma ligados às entidades que compõem o FNRU e estão alinhados com as perspectivas defendidas por esta articulação.

- **Projeto Litoral Sustentável – Desenvolvimento com inclusão social**

Conforme apontado no Relatório de Atividades do Instituto Pólís do ano de 2012, havíamos iniciado os processos de articulação e negociação de atividades que estão previstas no Plano Trienal. Parte importante do que está previsto para o ano de 2013 consiste na elaboração de subsídios, propostas e diretrizes que contribuam para a construção de instrumentos de gestão e regulação que são hoje de responsabilidade dos municípios.

O Pólís esteve envolvido na criação de muitos desses instrumentos, que foram importantes conquistas, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e o Sistema Nacional de Cultura. No entanto, esses resultados nos levaram imediatamente a novos desafios, que é garantir a aplicação de tais políticas nos 5.564 municípios brasileiros, pois este ente federativo passou a ser responsável por grande parte da implementação de tais instrumentos. Contribuir nessa nova etapa em que o poder público local é um ator fundamental para a efetivação de conquistas históricas do Pólís está colocado como um dos desafios desse trienal.

Neste sentido, criamos no âmbito deste Plano o Projeto Litoral Sustentável, uma parceria entre o Instituto Pólís e a Petrobras cujo objetivo é produzir, em processos participativos, uma agenda de desenvolvimento sustentável para os 13 municípios que compõem o litoral paulista e uma agenda integrada para a região a partir de temáticas definidas.

O litoral paulista tem experimentado grandes transformações nas últimas décadas como resultado de processos de urbanização, muitas vezes desordenados, com forte impacto na vida de quem mora, trabalha e frequenta a região.

A ampliação dos portos, a duplicação e construção de novas rodovias e o início da exploração do Pré-sal são responsáveis, na atualidade, pela intensificação dessas transformações. Estes grandes projetos e investimentos impõem desafios para se pensar e planejar o futuro, reconhecendo a necessidade de considerar as demandas sociais, ambientais e urbanas acumuladas e de se assegurar que os grandes empreendimentos que estão em curso possam impulsionar o desenvolvimento sustentável local e regional. Por esta razão estes projetos

devem ser acompanhados e monitorados de perto pela sociedade civil desde sua proposição, de modo que esta possa, em alguns casos, questionar sua pertinência e viabilidade de implantação.

O projeto Litoral Sustentável - Desenvolvimento com Inclusão Social, de iniciativa do Instituto Pólis e apoiado pela Petrobras, tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável da Baixada Santista e do Litoral Norte do Estado de São Paulo, num momento em que grandes projetos de infraestrutura e de exploração de petróleo e gás estão em curso na região, impactando as dinâmicas locais e provocando profundas mudanças no cenário regional. Esse contexto impõe desafios, ao mesmo tempo em que abre oportunidades de se avançar no equacionamento dos déficits sociais, ambientais e urbanos gerados ao longo de décadas e agravados nos últimos tempos.

Faz-se necessário planejar o futuro e aproveitar a nova conjuntura para promover ações estratégicas, para garantir melhor qualidade de vida à população e proteção do patrimônio socioambiental e cultural da região. Também é fundamental assegurar condições de vida dignas aos moradores locais; ampliar o leque de atrativos turísticos para visitantes e frequentadores da região usufruir, de modo responsável, as riquezas naturais e culturais ali existentes; e preservar a biodiversidade terrestre e marinha do litoral são algumas das questões que se inscrevem no rol dos desafios e das urgências que devem ser enfrentadas a partir de ações articuladas de diversos atores governamentais e da sociedade civil.

Frente a esses desafios, o Instituto Pólis vem somar esforços e engrossar as iniciativas que vem sendo empreendidas para avançar rumo ao pleno desenvolvimento do litoral paulista. Em um primeiro momento, foi elaborado um diagnóstico urbano socioambiental dos treze municípios incluídos no projeto, articulado com a construção de um diagnóstico regional. Ambos os estudos constituíram a base para a elaboração de uma Agenda de Desenvolvimento Sustentável para cada um dos municípios e para a região como um todo. Todo esse processo, como já reiterado nos materiais produzidos, foi feito em estreito diálogo com organizações e entidades da sociedade civil, moradores, gestores municipais, estaduais e federais. Desta forma, o olhar sobre a região, para além de uma leitura técnica sobre a realidade local, incorporou um mosaico de percepções dos múltiplos atores que vivem e interagem nesses territórios.

O Projeto Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social, que é um dos eixos articuladores de ações do Plano Trienal 2013-2015, tem como principal resultado a produção de uma Agenda Regional de Desenvolvimento Sustentável, abrangendo a totalidade dos

Municípios do Litoral Norte e da Baixada Santista, e treze Agendas Municipais voltadas para questões mais específicas e locais. A elaboração destas Agendas é resultado de um processo iniciado em 2012, que produziu, em sua primeira fase, treze Diagnósticos Socioambientais Participativos dos Municípios integrantes do projeto e um Diagnóstico Regional, todos discutidos com a sociedade civil e os governos dos três níveis da federação. Na segunda etapa do processo, iniciada em Janeiro de 2013, foram elaboradas as propostas de Agenda Regional de Desenvolvimento Sustentável e as Agendas Municipais de Desenvolvimento Sustentável que foram apresentadas e discutidas em uma série de eventos públicos ao longo de 2013.

Em termos metodológicos houve um grande esforço de possibilitar, através de uma metodologia participativa, o envolvimento, o engajamento e a adesão dos Governos Municipais, de redes e fóruns da sociedade civil, de organizações técnicas, sociais e comunitárias, de instituições de pesquisa e de ensino no processo de construção das Agendas de Desenvolvimento Sustentável. Ao longo deste percurso foram enfrentadas diversas dificuldades, em especial o desafio de construir um grau mínimo de credibilidade e confiabilidade para que o trabalho realizado não ficasse limitado à fase dos diagnósticos, uma vez que alguns trabalhos similares foram feitos por organismos públicos estaduais e municipais, institutos de pesquisa e ensino, empresas privadas e organizações não governamentais anteriormente.

A superação dessa desconfiança e de falta de credibilidade com o Projeto Litoral Sustentável é decorrente de alguns fatores tais como:

- O reconhecimento de diversos atores, que participaram da primeira fase do projeto, de que as avaliações e o conhecimento existente sobre a realidade social, econômica, cultural e ambiental foram incorporados nos diagnósticos regional e municipais;
- A utilização e incorporação por parte dos Governos Municipais e do Estado dos componentes de análise dos diagnósticos regionais e municipais em seus instrumentos de planejamento e de ações estratégicas como, por exemplo, os Municípios de Ubatuba, Itanhaém, Caraguatatuba e Guarujá;
- O fato de os eixos estratégicos e as diretrizes - propostas para a construção da Agenda Regional e Agendas Municipais - contemplarem as principais demandas e as plataformas sociais e ambientais existentes na região seja por parte do Poder Público como da sociedade civil;

- A promoção de diálogos públicos na elaboração das ações e atividades para o desenvolvimento sustentável com base nos diagnósticos realizados nos 13 Municípios e no Diagnóstico Regional bem como a participação de autoridades e gestores do Governo do Estado de São Paulo e do Governo Federal nesses diálogos;

- A incorporação de propostas apresentadas por membros dos governos municipais, estadual e federal e de grupos, organizações, fóruns e redes da sociedade civil, como ações estratégicas das Agendas Regionais e Municipais de Desenvolvimento Sustentável.

Cabe também destacar que a Agenda Regional foi elaborada à luz do contexto e das dinâmicas locais. Dito em outros termos, sua construção levou em conta as estruturas de gestão, o conjunto de atores/agentes atuantes nesses territórios, além das políticas públicas e financiamentos disponíveis em âmbito estadual e federal.

O processo de construção da Agenda Regional e das Municipais foi um aprendizado para todos os envolvidos, dada a dinâmica de planejamento embasada na cidadania e na democracia participativa, que implica a compreensão sobre o tempo e os momentos necessários para obtenção de resultados: o entendimento de que as transformações necessárias para obter avanços sociais, econômicos, culturais e ambientais não serão imediatas no Litoral Norte e na Baixada Santista.

Com a mobilização de cidadãos, de grupos sociais, de organizações, de fóruns e redes foi possível constatar que as formas de organização da sociedade civil no Litoral Norte e na Baixada Santista estão em patamares diferentes. Na Baixada Santista foi constatado um grau maior de organização e de instituições que de alguma forma trabalham com a perspectiva do desenvolvimento regional nos Municípios de Santos, Bertioga, Guarujá e Cubatão, mas que não atuam numa perspectiva regional, tendo um foco mais concentrado apenas nos seus Municípios de origem. No Litoral Norte, foi constatado um agrupamento de organizações que já atuam com o desenvolvimento sustentável numa perspectiva mais articulada com um olhar para a região desse litoral, sendo que estas organizações têm um perfil de organizações ambientalistas e socioambientalistas não fazendo parte desse coletivo, por exemplo, as associações comunitárias e de moradores de bairros dos Municípios do Litoral Norte.

Como o processo realizado de participação pública do projeto Litoral Sustentável foi bem amplo, foi possível até essa fase do projeto deixar como um legado um mapeamento das formas de organização da sociedade civil que apresentaram potencialidades para a formação de redes e fóruns regionais com o objetivo de implementar as Agendas Regional e Municipais

tanto no Litoral Norte como na Baixada Santista. Litoral Norte, especificamente, existe uma rede de organizações, o COMDIAL, que pode ser revigorada e fortalecida com este fim, levando também em consideração o projeto do Observatório Litoral Sustentável, que será desenvolvido nos próximos anos desse coletivo sob a coordenação do Instituto Pólis com o apoio da Petrobras.

Como um dos desdobramentos do projeto Litoral Sustentável como consta desse relatório é a construção do Observatório Litoral Sustentável com a finalidade apoiar a implementação das ações previstas na Agenda de Desenvolvimento Sustentável. Para alcançar esse objetivo maior, deverá constituir-se em instrumento de disseminação de informações, espaço de interação entre diversos agentes da sociedade civil e de instâncias governamentais, fomentando a gestão compartilhada da informação e de políticas públicas entre governos municipais, estadual e federal, assim como o monitoramento da implementação das ações pactuadas na segunda fase do projeto. Nesse contexto, ele deverá assumir algumas atribuições específicas:

- Ampliar o conhecimento e monitorar as dinâmicas socioeconômicas em curso nos territórios da Baixada Santista e Litoral Norte, disseminando novos informes e análises consideradas estratégicas para a implementação da Agenda Regional e as Agendas Municipais de Desenvolvimento Sustentável.
- Monitorar a implementação das ações propostas nas Agendas Regional e Municipais observando seus resultados e impactos.
- Apoiar tecnicamente as administrações municipais e a sociedade civil,
- Promover a capacitação e formação em temáticas estratégicas visando ampliar a capacidade institucional de governos, conselhos de políticas públicas municipais e de organizações da sociedade civil na implementação de políticas e programas estratégicos para a concretização das ações pactuadas nas Agendas.

Um dos eixos estratégicos integrante da Agenda Regional e Municipais trata do desenvolvimento econômico que passa pelo desenvolvimento da educação no litoral de São Paulo. A educação nesse caso também perpassa pelas Universidades e Instituições de Ensino e Pesquisa. Se no Litoral Norte uma das ações previstas é de criação de uma Universidade Pública, na Baixada Santista já existem algumas Universidades como a UNISANTOS.

Uma iniciativa fruto do trabalho desenvolvido é o estabelecimento de uma parceria com o Núcleo de Urbanismo da UNISANTOS para a implementação do Observatório Social Espacial da Baixada Santista, em especial nos aspectos sócio espaciais, buscando analisar o processo de estruturação urbana e regional, as transformações na dinâmica atual e seus impactos sobre o território. Essa iniciativa é uma forma de trazer a Universidade como parceiro do Observatório Litoral Sustentável, de modo a contribuir com a implementação da Agenda Regional e Municipais de Desenvolvimento Sustentável.

Desde a primeira fase do projeto, foi promovido um diálogo com o Governo Federal e em especial com a Secretaria Geral da Presidência, Secretaria de Assuntos Federativos, Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Cidades e a Secretaria do Patrimônio da União vinculada ao Ministério de Planejamento. Foi possível constatar que a região do Litoral de São Paulo não era considerada uma estratégica para fins de investimentos dos programas federais.

A partir de um diálogo sobre o Programa dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, coordenado pelo Governo Federal, foi realizado um trabalho de sensibilização com as autoridades e gestores dos organismos federais, relacionados a esta iniciativa, no litoral de São Paulo. Através de um processo público e democrático, envolvendo uma diversidade de atores para a promoção de uma Agenda Regional de Desenvolvimento, este programa pode servir de referencia para ser aplicada em outras regiões do país consideradas como de estratégia nacional.

Das possibilidades abertas de parceria entre o projeto Litoral Sustentável e o Governo Federal, a mais avançada é com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) referente ao Programa Brasil+20, que tem a finalidade de avançar em uma agenda de desenvolvimento sustentável para o país com base nos compromissos assumidos na Rio+20. A proposta de parceria com o MMA é de se fazer um termo de cooperação técnica com o Instituto Pólis para que seja criada uma coordenação regional desse programa através do arranjo institucional que será constituído pelo Observatório Litoral Sustentável com os treze municípios do Litoral Norte e da Baixada Santista e organizações da sociedade civil.

Outras iniciativas estão sendo promovidas com o intuito de contribuir com a implementação das Agendas Regional e Municipais, tais como o diálogo com o BNDES para identificar quais ações destas agendas poderiam ser apoiadas pelo Fundo Social e pelos demais Fundos Públicos sob a sua gestão. Também estão sendo articuladas, a incorporação de ações de regularização fundiária previstas nas agendas por parte da Secretaria de Habitação do Governo do Estado de São Paulo; uma parceira com a Prefeitura de Itanhaém com apoio da Fundação Climate Works

para um projeto de tratamento de resíduos sólidos; e uma parceria com o Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico para fins de monitorar e contribuir com a implantação de ações de mobilidade urbana na cidade de Santos com base na Política Nacional de Mobilidade Urbana.

O legado deixado até o momento pelo projeto Litoral Sustentável são os caminhos e as formas de organização, de articulação e de mobilização social necessários para a construção de uma região mais justa, democrática e sustentável na Baixada Santista e no Litoral Norte do Estado de São Paulo, que poderão servir de referência para outras regiões do país e de outros países que tenham os mesmos desafios e compromissos com a sustentabilidade de nosso planeta.

Como próxima etapa de continuidade do Projeto Litoral Sustentável, ressaltamos que, nos meses de Março e Abril de 2014, serão realizados eventos nos treze Municípios do Litoral Norte e da Baixada Santista para fins de divulgação e entrega das Agendas Regional e Municipais de Desenvolvimento Sustentável. O intuito é de mobilizar as autoridades e gestores do poder público e os membros das instituições e organizações da sociedade civil para a próxima fase, voltada à implementação das ações previstas nessas agendas e da organização do Observatório Litoral Sustentável. No Litoral Norte a partir de Abril, deve ser iniciado o trabalho de coordenação do COMDIAL com o objetivo de implementar a Agenda Regional e as Agendas dos Municípios de São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba e Ubatuba.

- **Elaboração dos Planos Diretores e Capacitação dos Agentes Públicos nos Municípios de Laranjal do Jari (AP) Vitória do Jari (AP) e Almeirim (PA)**

Também compõem o grupo de ações territorializadas as ações que o Pólis está realizando no sentido de implementar instrumentos de regulação urbana nos Municípios de Laranjal do Jari (AP) Vitória do Jari (AP) e Almeirim (PA), que compõem a Bacia do Jari. Atualmente estamos envolvidos no processo de elaboração do Plano Diretor do Município de Vitória do Jari no Amapá, e de revisão de planos nos municípios de Laranjal do Jari-AP e Almeirim-PA. A demanda pela elaboração/revisão destes planos surgiu como medida de compensação pela implantação da usina hidrelétrica Santo Antônio do Jari, na Bacia do Jari, pelo consórcio EDP-Jari.

O Vale do Jari é uma região na divisa entre os estados do Amapá e Pará, que foi tradicionalmente palco da implantação de grandes projetos do setor minero-metalúrgico, conforme a tradição amazônica de abrigar projetos de tal natureza. A instalação destes empreendimentos, no entanto, não se traduziu em índices sócio-territoriais de boa qualidade, à exceção das melhores condições de vida nos núcleos urbanos instalados pelas empresas

transnacionais presentes na região, as assim chamadas company towns, com o caso de Monte Dourado, distrito do município de Almeirim.

É nesse sentido que os planos diretores da região ensejam um grande desafio, o de enfrentar o passivo urbano e planejar o desenvolvimento territorial em cidades pequenas, com baixíssima capacidade institucional e administrativa. Para além dos limites típicos enfrentados pelas cidades pequenas do país para o planejamento do território, as cidades do vale do Jari estão sujeitas a contingências típicas dos municípios amazônicos, o de ter que dar conta da gestão de territórios de vasta extensão, com grandes proporções de reservas ambientais, ocupações de comunidades tradicionais e assentamentos ribeirinhos precarizados.

Ao longo do segundo semestre de 2013 foram desenvolvidos diagnósticos técnicos sócioterritoriais para os três municípios e realizadas discussões locais com o intuito da construção da minuta dos planos diretores que serão discutidos localmente a partir de janeiro de 2014. Foram realizados dois cursos de capacitação com gestores municipais com a temática do saneamento ambiental e precariedade habitacional. Paralelamente ao processo de discussão desta minuta, e sua evolução para a construção de um projeto de lei, serão realizadas nos três municípios rodadas de oficinas de capacitação para subsidiar a implementação do plano e a operacionalização das políticas urbanas locais.

OBJETIVO 2

Divulgação de propostas e implementação de políticas e experiências bem-sucedidas de desenvolvimento local com inclusão social é ampliada

INDICADORES E METAS

- Indicador 3 - *16.000 downloads de documentos e publicações nos sites mantidos pelo Pólis.*

Neste semestre vimos um forte crescimento no número de acessos ao site do Pólis e de downloads de nossas publicações e documentos. Chegamos neste segundo semestre a 11.213 downloads, totalizando 13.863 documentos baixados ao longo do ano de 2013. Como fica evidente, há uma forte discrepância entre os níveis verificados no primeiro e no segundo semestre, que pode ser explicada pelo fato de que o site do Pólis foi reformulado em 2012 e os *links* existentes para a antiga página web se perderam. Ou seja, as ferramentas de buscas e os sites de referência na internet estão tendo que reencontrar nosso conteúdo e esse é um processo que leva algum tempo.

- Indicador 4 - 200 artigos, entrevistas e peças de comunicação produzidas pelo Pólis são veiculadas na mídia.

Registramos 238 matérias jornalísticas que no ano de 2013 mencionaram o Instituto Pólis e seus especialistas. Destacamos entrevistas e menções ao Pólis em veículos de grande repercussão como a Rádio CBN, o portal G1, a TV Bandeirantes, a Agência Brasil, o Portal Terra, a Rádio Brasil Atual, a Rede Globo e os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. Para veiculação no site do Pólis foram produzidas 185 matérias divulgando eventos, documentos, entrevistas e assuntos relacionadas às temáticas do Pólis.

ATIVIDADES REALIZADAS

O cumprimento do Objetivo 2 do plano trienal fica a cargo da área de Comunicação do Instituto Pólis, que compreende hoje parte das equipes do projeto Litoral Sustentável, do Pontão de Convivência e Cultura de Paz e da Rede LogoLink, e as equipes de comunicação institucional, do Centro de Documentação e Informação do Instituto (CDI) e de Tecnologia da Informação e Comunicação. Ao longo deste segundo semestre foram realizadas reuniões mensais para a definição de estratégias para a área de Comunicação e a partir desses encontros foi realizado o Planejamento Estratégico da Comunicação. Para o segundo semestre de 2013 foram definidas as seguintes ações prioritárias:

- Ampliar a Equipe de Comunicação

- Iniciar a realização de 2 programas da TV Pólis
- Promover a integração das equipes e verbas da comunicação atuais e futuras
- Retomar o projeto Pólis Digital (www.polisdigital.com.br)
- Realizar debates conceituais, reunindo interesses da área de Comunicação (Mídias Livres, Democratização da Comunicação, Comunicação nas ONGs)
- Elaborar material experimental com entrevistas sobre experiências de projetos que o Pólis realizou, para compor a memória do Instituto
- Equipar o auditório para uso em eventos com transmissão em tempo real
- Iniciar processo de reestruturação do Mailing do Pólis
- Realizar adequações nos Sites do Pólis
- Criar Política da T.I e de funcionamento da área
- Contratar sistema da google (e-mail, google drive e agenda) e fazer a migração
- Padronizar as configurações e os programas das estações de trabalho dos usuários
- Criar Wiki para consulta sobre dúvidas e procedimentos da área de TI
- Criação do Acervo de Publicações e Documentos Institucionais
- Facilitar a busca das publicações no site do Pólis

Considerando as ações propostas, realizamos boa parte delas e estão encaminhadas as demais. A única que ainda não tivemos fôlego para retomar foi a ação de retomada do projeto Pólis Digital.

Sobre as ações realizadas destacamos a contratação de uma nova empresa que irá administrar nosso site, realizará mudanças de layout e fará uma nova biblioteca virtual, facilitando a busca das publicações do Pólis. Além disso, vamos tornar o site mais interativo, aproximando redes parceiras por meio do blog Pólis em Rede. Também iniciamos a realização de dois vídeos para a TV Pólis, sendo que o primeiro será entregue no final de fevereiro e trata das Jornadas de Junho e do Direito à Cidade, e o segundo vídeo, que será sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, será finalizado no mês de março.

Estamos avançando no sentido de promover a integração das equipes de comunicação, unindo ideias e projetos. Delineamos um documento que é a Política de Comunicação do Instituto Pólis, que será submetido à diretoria do Instituto, a fim de propor mais integração entre as áreas, otimização de custos e mais ações de cunho político e mobilizador.

Conforme planejado, contratamos o sistema de e-mails da empresa Google, o que nos ajudou muito na melhoria da comunicação interna, com o uso de agendas e documentos compartilhados e troca de e-mails de forma mais eficaz. Contratamos também uma

ferramenta de ligação à distância gratuita, o que nos permite diminuir gastos com ligações telefônicas. No campo da comunicação interna, criamos um sistema de abertura de chamados para a área de TI, de forma a facilitar a resolução de problemas técnicos e aperfeiçoar relatórios de atendimento, mapeando problemas comuns aos funcionários do Pólis.

A equipe de comunicação se reuniu com diversas instituições que trabalham com o tema de democratização da comunicação com o objetivo de ampliar nossa atuação política nesse tema e de levantar possíveis pautas para nossos debates. Um dos frutos dessa iniciativa será a roda de diálogo sobre Mídia e Cultura de Paz, que está programada para março de 2014 no Instituto Pólis.

Em relação a resultados dos meios de comunicação utilizados pelo Pólis, no ano de 2013 tivemos cerca de 275 mil visualizações nas páginas de internet administradas pelo Pólis. Além disso, no Facebook temos 7.993 seguidores e cerca de 13.500 pessoas recebem o boletim Notícias Pólis, que é lançado quinzenalmente. Se adicionarmos a este número os e-mails cadastrados nos mailings dos demais boletins eletrônicos enviados por projetos específicos, o Pólis de comunica via e-mail com cerca de 45 mil pessoas todos os meses. Durante todo o ano de 2013 foram feitos 13.863 downloads de documentos em nossas páginas na internet e nossas publicações foram distribuídas fisicamente para 44.790 pessoas.

Registramos ainda 238 matérias jornalísticas que no ano de 2013 mencionaram o Instituto Pólis e seus especialistas. Destacamos entrevistas e menções ao Pólis em veículos de grande repercussão como a Rádio CBN, o portal G1, a TV Bandeirantes, a Agência Brasil, o Portal Terra, a Rádio Brasil Atual, a Rede Globo e os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. Para veiculação no site do Pólis foram produzidas 185 matérias divulgando eventos, documentos, entrevistas e assuntos relacionadas às temáticas do Pólis.